



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 15

Sessão ordinária Setembro

Sessão em 29/09/2014

Aos vinte e nove dias do mês de Setembro do ano dois mil e catorze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, António do Pranto Nogueira Leite, secretariado pela Primeira Secretário Maria José Teixeira de Moraes Afonso França, e pelo Segundo Secretário Jorge Carvalho Arroteia, e com a presença dos Vogais, Henrique Manuel Moraes Diz, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Mónica Filipa Cristóvão Gomes, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, Daniela Marisa Pereira de Magalhães, David Paiva Martins, Casimiro Simões Calafate, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, Paulo Alexandre Florentino Marques, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Antero Marques dos Santos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, Ana Maria Pinho Seça Neves Ferreira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Paulo Jorge Coimbra Fontes, João Alberto Simões Barbosa, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, João Carlos Rodrigues Morgado, Carlos Manuel da Silva Santos, Jorge Manuel do Nascimento, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Henrique da Rocha Vieira, Rita Alexandra Monteiro Batista, e António Manuel de Brito Moreira.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Não estiveram presentes nesta reunião, Maria Leonor Nunes dos Reis e Maria Cristina Regales de Jesus Pires.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel de Almeida Campino, e os Vereadores, Carla Raquel Castro da Rocha Madureira, Jorge Manuel Mengo Ratola, Luís Miguel Capão Filipe, Rita Alexandra Verdade da Encarnação, Eduardo Elísio Silva Peralta Feio (saiu às 21:30 horas), e Paula Cristina Dias Urbano Antunes.

Não esteve presente o Vereador António Manuel Soares Nogueira de Lemos.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa, deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Victor Manuel da Silva Martins, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Ricardo Jorge Trindade Sabino, Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro, Ivar Jorge Alves Corceiro, e Filipe Seça Neves Barbado Guerra, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Maria Leonor Nunes dos Reis, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Paulo Jorge Coimbra Fontes, Rita Alexandra Monteiro Batista, e António Manuel de Brito Moreira.⁰⁰²

Nesta reunião da sessão ordinária não houve substituições de Presidentes de Junta.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Anabela de Almeida, Maria Odete Gomes da Costa, João Carlos Bandeira Catarino, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, António Manuel dos Santos Salavessa, pediram escusa.

Foram efetuados o reconhecimento de poderes.

(Nos termos regimentais, todas as intervenções têm como suporte gravação áudio.)

A seguir o Presidente da Mesa leu a “Ordem-do-Dia” para esta Sessão Ordinária de Setembro, cujos pontos se transcrevem:

- Ponto 1. - Informação do Presidente sobre a Atividade Municipal de 13JUN14 a 23SET14;**
- Ponto 2. - Apreciação e votação do apoio financeiro à Junta de Freguesia de Requeixo, N.ª Sr.ª de Fátima e Nariz (transportes);**
- Ponto 3. - Apreciação e votação do Regulamento de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública;**
- Ponto 4. - Apreciação e votação da iniciativa “Mayors Adapt for Climate Change” no âmbito do projeto RUCI – Rede Urbana para a Competitividade e Inovação;**
- Ponto 5. - Apreciação e votação da Moção - sobre o Fundo de Apoio Municipal (FAM).**

Continuando, o Presidente da Mesa, informou que ia colocar à votação do plenário as actas das reuniões⁰⁰³ da sessão anterior, em tempo distribuídas a todos os membros da Assembleia:

Acta n.º 12 – Sessão Ordinária Junho (1.ª reunião): - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor e uma abstenção.

Acta n.º 13 – Sessão Ordinária Junho (2.ª reunião): - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor e uma abstenção.

Acta n.º 14 – Sessão Extraordinária Julho: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor e uma abstenção.

Concluídas as votações, o Presidente da Mesa deu início ao período regimental de antes da ordem do dia.

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)⁰⁰⁴

“Sem qualquer acrimónia, com toda a cordialidade, como não poderia deixar de ser, só uma questão.

O Regimento (após oposição reiterada do PS sobre o mesmo) o mesmo estatui claramente que as reuniões são efetuadas às sextas-feiras. Obviamente não pode deixar de haver uma justificação para o facto de estarmos hoje aqui. Vou por isso interpelar a Mesa, uma vez que extinguiram também a Conferência de Representes onde normalmente se decidia sobre essa matéria, somos confrontados com esta convocatória sem termos qualquer informação e a qual não está regimentalmente prevista.

Faço esta interpelação porque o Senhor Presidente como um conhecido liberal e falta ao vinculado do primado da lei, quer dizer, deve haver uma razão ponderosa que agradecia explica-se e que obviamente não contestarei assim que for informado dela.”

Presidente da Mesa:⁰⁰⁵

“Senhor deputado, aliás estou aqui hoje com grande penalização minha porque amanhã às dez e meia estarei a dar uma aula numa universidade pública em Lisboa. Acontece que vários elementos da vereação aterravam na sexta-feira às cinco e trinta, incluindo o Presidente, e portanto, acedendo a esse pedido.

Mas é perfeitamente pertinente e o esforço é sempre feito, nem sempre com sucesso, aliás muitas vezes sem sucesso, no sentido de cumprir o Regimento e ter as reuniões às sextas-feiras. É perfeitamente pertinente a questão, mas a justificação é esta.”

(Deu entrada na sala o Vogal João Carlos Rodrigues Morgado)

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Os grupos municipais indicaram, nos termos regimentais, quais os vogais que iam intervir neste ponto regimental:

Membros da Assembleia

Vogal António Moreira (PCP)⁰⁰⁶

Vogal Rita Batista (BE)⁰⁰⁷

Vogal Henrique Vieira (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁸

“Muito boa noite caros colegas. Quero aqui falar um bocadinho sobre o edifício do ex-Centro de Saúde Mental de São Bernardo, que finalmente foi emparedado. E portanto congratulo-me aqui com a Câmara Municipal pelo trabalho que fez e pela maneira como conduzi-o este processo e que felizmente nos resolveu um problema que estava ali a aumentar de dia-a-dia que era os sem abrigo, a criminalidade e a prostituição. Por isso ficámos gratos por todo este trabalho que fizeram.

Mas no entanto fica lá o edifício e embora o Estado dando como mau exemplo como trata o património, tem de andar o município a resolver os problemas do estado, eu também deixo aqui um apelo à nossa Câmara para fazer mais um esforço para a resolução a dar àquele espaço que temos ali. Enfim, agora parece um caixote ali fechado, não é bom para a freguesia, não é bom para o concelho, mas dentro das possibilidades e dentro do poder negocial com o Estado era bom arranjar uma solução que seja bom para todos.”

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁰⁹

Vogal Filipe Brandão (PS)⁰¹⁰

Presidente da Mesa:⁰¹¹

Vogal Maria da Luz Nolasco (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹²

“Muito boa noite Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, colegas deputados, imprensa e público aqui presente.

Vou ser breve, mas queria aqui expor uma preocupação que se reporta ao serviço da Loja do Cidadão. A Unidade de Gestão, a quem compete a operacionalidade de loja parece não estar

a ser a responsável pelo esvaziamento deste serviço. No entanto a gestão dos espaços e dos protocolos de adesão das entidades é da competência do Departamento de Desenvolvimento e Parcerias da Agencia para a Modernização Administrativa. A AMA, é a entidade que tutela as lojas do cidadão, logo a responsabilidade é do Estado Português que tutela estas unidades no país.

Feita esta nota prévia, passo a expor o seguinte. A actual situação da loja do cidadão de Aveiro é de deterioração deste serviços pelo facto da deslocação de muitas entidades e serviços que dali saíram. E quero apontar aqui alguns que me informei localmente. A INCM, IMMT, os CTT, ACT, CGD, e algumas outras como a ZON e muitas outras e também da área da saúde. Desconhecemos invocados formalmente por estas entidades ao Conselho Diretivo da própria AMA, eu própria não consegui essa informação, mas posso dizer que daquilo que fui colhendo como informações oficiosas não oficiais, alguns serviços apostaram na terciarização dos serviços e outros deixaram de simplesmente de interessar. A ACT por exemplo, acho que tem a ver com restrições orçamentais e recursos humanos. A CGD a mesma coisa, também não têm recursos humanos suficientes para assegurar o serviço. Também temos o caso dos Serviços Municipalizados que também saíram e na altura também foi comentada a questão das rendas, de qualquer forma a propriedade daquele imóvel é do Estado. Portanto se a questão é também e se prende também com questões financeiras, de participação paga por estas entidades pelas rendas, eu acho que cumpria ao executivo ser mediador nisto e tentar ver se é possível ver ou reavaliar isto, sendo que eu desconheço os montantes atuais que pagam aquelas entidades que ali estão. Sei que a participação está muitas vezes ligada à área que ocupam, o equipamento está a cargo da tal agência para a modernização. De qualquer forma era um serviço que era útil, teve um projeto de origem que me pareceu ser benéfico porque congregava ali vários serviços e as pessoas também ao sábado podiam ali gerir muito da sua vida, neste momento passaram a estar impossibilitadas de o fazer. É assim em nome do coletivo que exponho este meu caso e que gostaria fosse alvo de alguma reflexão e de alguma mediação também deste executivo. Muito obrigado.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰¹³

Vogal Carlos Morgado (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹⁴

“Muito boa noite Senhor Presidente, Senhores deputados, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores. Tenho uma questão a colocar que tem a ver com a modalidade de transporte que está a ser prestada aos alunos do 1.º ciclo residentes em Carcavelos e Eirol e alguns locais de Horta.

É de salientar que foram encerradas as escolas onde estes alunos tinham as suas aulas. Deveria estar a ser prestado na minha forma de ver um serviço de transporte escolar e em vez disso está a ser prestado um serviço de transporte regular que não oferece as condições de segurança que estas crianças com seis, sete, oito, nove ou dez anos, requeria. A questão que tenho para colocar é a seguinte: em caso de haver uma travagem brusca ou um acidente que é que se responsabiliza pela segurança destes alunos? Tenho dito.”

Vogal João Barbosa (PS)⁰¹⁵

Vogal Francisco Picado (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹⁶

“Boa noite a todos os presentes. Neste período Antes da Ordem do Dia eu gostaria de me referir à questão do Quadro Comunitário de Apoio, da seguinte forma: conforme anunciado em vários fóruns estará para breve a abertura do período onde podem começar a ser apresentadas candidaturas ao novo Quadro Comunitário de Apoio.

O PS esteve presente na sessão que a CIRA levou a efeito sobre este tema e escutámos, com atenção, quais seriam as intenções e as prioridades em termos de investimento, relativamente

à utilização dos fundos pela CIRA. O que nós gostaríamos de saber, exatamente nos mesmos moldes e se possível com o mesmo detalhe, seria a intenção que o Município tem de recorrer a estes fundos, em que medidas, com que prioridades, com que projetos?

Aliás esta mesma questão é transcrita no texto que nos é apresentado relativamente ao FAM!? Teremos que esperar pela apresentação do Plano para perceber quais são as intenções ou já é possível neste momento, visto que se aproxima o período de abertura, termos um plano de intenções da Câmara Municipal para Aveiro relativamente a este aspecto? Aliás, que é de fundamental importância para os anos que se avizinham num enquadramento que a Câmara Municipal neste momento atravessa.”

Vogal Ana Seiça Neves (PS)⁰¹⁷

Vogal Henrique Diz (PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹⁸

“Sr. Presidente, muito obrigado. Minhas senhoras e meus senhores. Como já aqui foi dito, duas vezes pelo menos, comemora-se hoje o primeiro ano do mandato desta maioria. Apesar das dificuldades com que todos nós nos deparamos no dia-a-dia, apesar das dificuldades do país, a verdade é que a Câmara Municipal de Aveiro ganhou credibilidade junto dos cidadãos, junto das Juntas de Freguesia, junto dos credores, junto do Tribunal de Contas, junto do Governo. Esta conquista de credibilidade, só por si, justificaria por inteiro a confiança que os cidadãos aveirenses depositaram nesta maioria e neste Executivo. Para além disso, procedeu-se a reorganização dos serviços das entidades de âmbito municipal, na procura de maior eficiência e na procura de melhor aplicação dos dinheiros públicos pelos quais todos nós somos responsáveis. E fez-se um enorme esforço para iniciar o processo da recuperação tendo em vista a saúde financeira do Município, de que tão bem precisamos. Neste sentido, saudamos os aveirenses que em nós votaram, mas também aqueles que tendo escolhido outras forças políticas, respeitaremos como democratas que nos orgulhamos de ser.

Permitam-me, uma vez que o assunto foi aqui trazido, referindo-me ainda à eleição de António Costa para líder do PS. Aliás... não é para líder do PS, é para candidato a primeiro-ministro por parte do PS.

Devo saudar essa eleição. Devo dizer que a democracia fica mais forte e mais nobre através de actos desta natureza e da forma cívica como eles decorreram. Independentemente da forma como correu a campanha eleitoral e da vacuidade das propostas até hoje apresentadas pelo candidato eleito para candidato a primeiro-ministro e que será, tudo indica, um dia destes, Secretário-geral do PS. Estamos à espera. Estamos á espera porque todos nós reconhecemos que precisamos de um adversário. Precisamos de ter oposição, porque certamente que a saberemos confrontar com o respeito, que nos merece. Obrigado”

Presidente da Mesa⁰¹⁹

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁰

“Boa noite. Muito obrigado a todos. Deixando para o ponto primeiro algumas questões que me parecem estar lá melhor do que no PAOD, não fugindo a nenhuma, duas ou três notas. Em primeira instância, respeitando obviamente as posições, nomeadamente do António Moreira do PCP, a minha visão de Portugal é diferente e mais do que as visões, hoje temos é que olhar para as ações. O que é que nós podemos fazer para sair do sítio em que estamos; o que é que nós podemos fazer para que o nosso PIB per capita deixe o percurso de há uma dúzia de anos de divergir da média comunitária; o que é que nós podemos fazer de forma concreta e objetiva, como cidadãos, como profissionais, e nós como políticos e autarcas que somos todos, para ajudarmos o nosso país a fazer melhor do que aquilo que tem feito.

Isso é muito aquilo que nos deve prender e julgo que o próprio recato do agora eleito candidato a primeiro-ministro pelo Partido Socialista, deva ser objetivo nalgumas propostas que previam que ele falasse nelas, tem a ver com isso.

Tem a ver com a cautela de quem sabe que as palavras fáceis e as boas intenções, além do vento as levar rapidamente, hoje já não têm auditório porque os cidadãos perceberam bem, pelo menos nestes últimos três anos, que as doenças graves têm que ser olhadas de frente, bem diagnosticadas e trabalhadas, para que deixemos de padecer delas e que possamos aprender, ganhar as aprendizagens para não voltarmos a adoecer com a mesma doença.

E o país está a sair da sua terceira doença grave nos últimos quarenta anos da sua vida. É muito importante que nós possamos ser cautelosos quando queremos ser responsáveis, porque quando o exercício é meramente oposicionista, quando a perspectiva de contributo para o Governo não existe, pois aí a dimensão é completamente diferente.

Quando a perspectiva é de poder, ser parte da governação de algo, os níveis de responsabilidade têm de ser diferentes. E, alguma vacuidade, usando a expressão do Dr. Henrique Diz, eu coloco-a nessa nota de responsabilidade de se ser cauteloso para não se vender banha-da-cobra, e que, além do mais, na minha opinião, há menos portugueses disponíveis para comprar.

Em relação à pergunta que a Rita Batista colocou, deixar claro o seguinte: Este processo de privatização da EGF está muito longe do fim — ao contrário do que se diz e do que se escreve. Há uma peça do processo muito importante que é o parecer da Autoridade para a Concorrência. E portanto, o processo está longe do fim e as melhores previsões apontam para mais cinco ou seis meses de processo até se saber em definitivo se a intenção agora formalizada pelo Conselho de Ministros de vender à Mota-Engil vai poder ser concretizada ou não.

A Câmara Municipal de Aveiro, como é público, assumiu a intenção de vender. Mas também ela terá que esperar pelo fim do processo. Nós não controlamos a Autoridade para a Concorrência nem nenhuma autoridade como é óbvio. E só depois da Autoridade confirmar sim é que nós diremos que a nossa intenção é para concretizar e a decisão final, antes do mais, será tomada aqui. Ou se a Autoridade para a Concorrência disser que não e não a validar, essa adjudicação fere um conjunto de princípios e, com certeza, nem aqui viremos falar de semelhante matéria.

Às vezes o que se escreve com boa intenção esconde matérias procedimentais importantíssimas quanto isto. Foi tão importante o Governo tomar a decisão que tomou, de escolher aquela que lhe pareceu a melhor proposta, como é fundamental para que o processo tenha consequência, entre outros, mas este é o passo capital, a decisão da Autoridade para a Concorrência.

Esperamos tranquilos esse desencadear e não vou entrar em questões de ideologia porque às vezes há coisas que têm piada que é a minha ideologia está certa e eu defendo-a, a ideologia do outro está errada e eu sou contra ela. Isto é democrático, mas temos que ter a noção de que quem governa tem o direito de aplicar a sua ideologia à sua governação e não vai aplicar a ideologia do outro que é contrária à sua.

Ainda bem que há ideologias na política. Eu sou absolutamente contra — arrepio com os políticos que não têm ideologia e que vão crescendo. Viva a ideologia e viva a diferença.

Eu que sou a favor deste processo, embora reconheça que o Governo em vários passos importantes o geriu mal, mas por princípio somos a favor da privatização. Agora é preciso deixar o processo andar. Há muito passo para decidir e para sabermos, em definitivo, se há ou não há, e já não estou a falar da bateria de processos judiciais que estão em curso, mas estou a falar de um passo fundamental que é a decisão da Autoridade para a Concorrência.

E sabemos todos que há gente que acha que esta adjudicação pode ser lida de uma forma diversa da leitura do Governo sobre o cumprimento de todos os preceitos que são exigidos pela lei no que à concorrência respeita.

O Paulo Marques e o Prof. Henrique Diz falaram deste ano, desta coincidência, é hoje mas podia ter sido na sexta-feira, podia ser de hoje a oito dias, o que interessa não é a data exata é a ambiência.

Estamos de facto nessa ambiência e subscrever tudo aquilo que vocês disseram. Depois no ponto primeiro temos matéria mais objetiva para falar. Agora fica também essa minha referência a um acto eleitoral que marca um ano e que tem a importância que tem, que é enorme, para aquilo que fizemos até aqui e aquilo que temos para fazer nos três anos que temos pela frente.

O Filipe Neto Brandão colocou uma questão objetiva que é esta história, quase telenevolesca, das trinta e cinco e das quarenta horas. Mas dizer que, esta decisão do Governo transportada para a comunicação social e para nós todos, através do comunicado do Ministério das Finanças de sexta-feira à tarde, que tive conhecimento por deferência do Secretário de Estado da Administração Local nesse mesmo dia ao princípio da manhã, é clara. E é triste que ele é tão claro e tão simples que tenha demorado quatro meses! Eu também acho. Agora que ele é claro, é. E o comunicado diz o quê? Ponto primeiro. A lei que está em vigor é de quarenta horas ponto final parágrafo. Algo que nós sabemos e que aqui maioritariamente estamos de acordo.

Ponto dois, quem está no regime fora das quarenta horas está ilegalmente. E depois diz uma coisa que no fundo faz o equilíbrio entre aquilo que já sabíamos do Tribunal Constitucional e aquilo que passámos a saber do tal parecer célebre da PGA. Também acho que deve ser posto em cima da mesa, com toda a transparência, não vejo problema nenhum nisso, muito pelo contrário. E diz o quê? Diz que o processo tem que ter não só a assinatura das três partes, o processo dos acordos coletivos que poderão dar nomeadamente as trinta e cinco horas, o processo tem que ter não só a assinatura das três partes, Câmara, Sindicatos e Governo, mas tem que ter a participação direta nos processos negociais.

Já a própria decisão do Tribunal Constitucional apontava para isto e agora está absolutamente claro.

E a mim, sinceramente, parece-me óbvio porque se são três entidades e são parte, porque é que duas se sentam à mesa e discutem e há uma terceira que só põe a assinatura. Isto não tem pés nem cabeça.

A outra nota nova é que o Governo referencia que é possível vir a acordar, neste processo negociado a três, regimes diferentes, acordos coletivos, por exemplo pelas trinta e cinco horas, no entanto isso tem que ser devidamente justificado, nomeadamente no que respeita à sua justificação, passe o pleonasma, económico-financeira. Por que é que, em que é que, com que condição, sobre a despesa e sobre a receita é que o regime do acordo coletivo das trinta e cinco horas é mais benéfico do que o das quarenta horas.

Eu isto acho muito bem porque isto de nós, como se andou a fazer por esse país fora, colegas de todos os partidos, assinarmos porque é mais bonito e mais simpático passarmos para as trinta e cinco horas não tem pés nem cabeça. A lei diz quarenta horas.

Obviamente que ninguém estava à espera, eu também fiquei de boca aberta como é que o Governo demora quatro meses com isto. Como é que é possível que um Governo que decidiu que a Administração Pública passe às quarenta horas, que implementou na Administração Pública da qual diretamente é responsável pela Administração Central e depois venha dizer à Administração Local “vocês está tudo bem, querem... tomem lá as trinta e cinco e a gente assina o que vocês quiserem”. Isto colocaria uma pressão política violenta. Aliás, os sindicatos nunca levantaram o pé dessa pressão sobre o Governo no que respeita ao horário de referência, porque há outras tipologias de horário sobre a Administração Central. Independentemente disto de concordarmos ou discordarmos com o regime ser de quarenta horas.

E eu relembro o que sempre aqui disse. Na minha opinião, questão ideológica de que eu concordo, o regime de trabalho entre o sector público e privado deve ser absolutamente

igual. É o meu princípio ideológico, mas não se resume ou não se materializa nas horas de trabalho serem trinta e cinco ou serem quarenta. Há mil outras matérias que deviam ter sido tratadas e não foram tratadas neste processo.

Mas temos finalmente, demorou mas chegou, uma posição escrita, absolutamente clara, sobre como é que é esta coisa das trinta e cinco ou das quarenta horas. Dar nota que numa câmara como a nossa, o regime das trinta e cinco, relembro também o que já aqui disse, é interessante, porque temos recursos humanos globalmente a mais e na maior parte das áreas, há algumas áreas em que temos a menos, isso por princípio é bom. Agora há todo esse trabalho de análise financeira, sabendo que há vantagens e há desvantagens no que estritamente respeita ao exercício da despesa, da gestão da despesa, entre ter trinta e cinco ou em ter quarenta horas, por um lado no que respeita às horas extraordinárias, mas por outro lado no que respeita às despesas de funcionamento por funcionar com horários base de mais cinco horas semanais.

É preciso ver agora como é que o Governo vai nomear o seu representante para os processos negociais e como é que vamos trabalhar com objetividade, agora que está clara a posição do Governo. Ao contrário do que alguma comunicação social nacional escreveu Aveiro não está com as trinta e cinco horas semanais. Aveiro está com as quarenta horas como todos bem sabemos. Estamos a cumprir a lei, como sempre estivemos, essa sempre foi a nossa perspectiva.

A Maria da Luz Nolasco fala de uma questão que é muito sensível, embora dar nota do seguinte. Aquilo que disse sobre a Loja do Cidadão, eu subscrevo. As entidades saíram basicamente por razões financeiras, por questões de custo. Estar na Loja do Cidadão é caro, é muito caro. Portanto, a racionalização financeira de entidades públicas e privadas nós às vezes quando falamos de algumas empresas ainda temos na nossa cabeça aquela lógica de uma empresa pública, negativo. A PT, a EDP, já não são nossas empresas, nossas no sentido de serem públicas, são privadas e, obviamente, têm os seus mecanismos de gestão da estrutura da relação com os seus clientes e de gestão do seu atendimento.

E nomeadamente a EDP, como todos sabemos, o regime de distribuição de energia em baixa tensão já não é monopolista, mas sabemos que a gestão das alternativas ao fornecedor EDP é de uma dificuldade incomensurável. Alguns que foram tentar poucos meses depois voltaram à entidade base. Uma entidade com esta dimensão no mercado, obviamente, joga este jogo de agora ter a loja ou não ter a loja, ficando com a vida mais facilitada. Mas estamos a falar de uma empresa privada e nós como seus clientes jogamos o jogo como na relação com qualquer empresa privada, condicionados porque a mudança de fornecedor, como todos temos conhecimento e alguns de nós eventualmente teremos experimentado, não é um exercício fácil.

O Governo apresentou uma reforma das Lojas do Cidadão, não só das lojas no sentido das macro lojas, mas de uma disseminação de pequenas Lojas do Cidadão, de desmultiplicação até à escala da freguesia, de unidades de atendimento digital assistido.

Esperemos que esse processo venha para a operação física e espero também, para esse processo, os novos fundos comunitários porque obviamente é preciso dinheiro para financiar o equipamento. E o Governo está à espera de quê? Dos Fundos Comunitários novos porque o filão do Quadro actual para essa área, que se convencionou chamar de Modernização Administrativa, está já esgotado há muito tempo.

O Francisco Picado falou desta questão e só vou dar nota do que se passa com o Portugal2020 e com a aprovação dos novos Programa Operacionais. Estamos na fase de negociação entre o Governo, representado pelas autoridades de gestão dos atuais Programas Operacionais (POs) e que são aquelas que estão a tratar dos novos POs, este mês de setembro tem sido muito intenso.

É minha convicção, e hoje parece muito claro, que a negociação não vai acabar até amanhã e vai entrar por todo o mês de outubro. Eu acho que a nova comissão vai ter que ter uma lista

até porque, atualmente, estas negociações e o testemunho de quem está à mesa é claro, são negociações que estão politicamente descomandadas. Os Comissários e a Comissão Europeia está de saída e são os serviços que têm todo o processo na mão, falta o comando dos Comissário que são os políticos.

É minha convicção que este processo não vai acabar até ao dia trinta e um de outubro e que a nova Comissão Europeia, que começa a trabalhar no dia um, vai pôr mão a este processo e vai ter que ser ela a terminá-lo. Honra seja feita ao nosso Governo, nós não vamos fazer nem como os alemães, nem como os gregos.

Já agora, em termos de informação é interessante. A Alemanha apresentou o seu Alemanha2020 e foi aprovado sem espinhas, em tempo record. Não era importante saber se estava tudo bem ou se a Comissão entendeu que era melhor aprovar ‘sem espinhas’.

A Grécia ou o Grécia2020, foi liminar e globalmente chumbado em quase todas as suas proposituras. O que é que a Grécia fez? Um exercício diferente.

Perguntou à Comissão «como é que vocês querem?» A Comissão respondeu e a Grécia disse «muito bem então esse é o Grécia2020». Foram duas das operações que já estão terminadas na União Europeia, a da Grécia e a da Alemanha, mas ainda bem que o nosso Governo não se rendeu a uma operação tipo Grécia. Será compreensível que não possamos ter uma operação tipo Alemanha, mas este processo vai ter que terminar de uma forma diferente e eu acho que a bem do processo ele precisa da mão da nova Comissão Europeia para ser bem terminado.

Terminado este processo todo o trabalho de regulamentação tem vindo a ser produzido, além do mais, alguns diplomas já estão publicados, para que o país tenha o seu trabalho pronto para que acto imediato possa avançar com a operação de gestão.

O nosso trabalho no município vai acompanhando essa dialética toda. As áreas de prioridades estão assumidas: Parque Escolar; Qualificação Urbana; Qualificação Física e Social dos Bairros Sociais.

Temos vindo a falar e a dizer aquelas que são as nossas áreas claras de prioridade. Só que é preciso primeiro ver o jogo. Ou melhor, as regras do jogo todas desenhadas, para que nós também desenhemos com pormenor aquilo que é a nossa perspectiva sobre a matéria.

Já uma vez levámos o assunto à reunião de Câmara para suscitar a reflexão, para partilhar de forma absolutamente aberta os pressupostos em que estamos a trabalhar.

Mantemos obviamente essa disponibilidade, mas é bom verificar que aquelas que são as prioridades principais do Quadro são também as nossas prioridades.

Sabendo que temos muito mais para fazer em Parque Escolar do que a maior parte dos municípios portugueses que já fizeram aproveitando os anteriores. Nós não andámos a dormir na forma e portanto, temos que dar uma prioridade mais forte a certas tipologias que os outros já deram no passado, mas isso é da vida.

Não podemos é aceitar ter um Parque Escolar com a péssima qualidade como globalmente tem o nosso.

Estas são as nossas perspectivas base para um processo que nestes próximos meses vai terminar e que tem nestas interações a nível da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro e a nível da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, elementos da maior importância também para objetivos de natureza estritamente municipal.

Em relação ao estado da Justiça. A senhora doutora sabe, não vou subscrever aquilo que disse hoje. Não vou chamar teimosa ou autista à Senhora Ministra. As minhas posições estão ditas e escritas há muito tempo. Acho esta reforma um erro clamoroso a vários níveis e, infelizmente, eu não acredito em coincidências, acho que houve aqui ‘piolhos’ metidos nos sistemas. Porque acho uma coincidência um bocadinho absurda que o mecanismo informático se tenha avariado no dia ou no dia a seguir a que a reforma entrou em vigor.

Eu como não acredito em coincidências, eventualmente erradamente, mas que o “bicho informático” podia ter entrado uns meses antes ou uns meses depois, e que não foi

exatamente a reforma que foi mexer no sistema, para mim é absolutamente óbvio e é daquelas coincidências que me faz espécie.

Não uma espécie tão forte e tão crítica, quanto à Anaconda do nosso Presidente, porque em relação a essa, o volume do disparate, a nós, pesa-nos muito. É quase meio milhão de euros de disparate na Anaconda!?

Esperemos que a obra da Anaconda acabe bem e depressa. Aqueles que acharem interessante dar um passeio por cima passem por cima. Aqueles que acharem melhor passar por baixo, pois passem por baixo porque passam muito bem.

A contemplação visual, essa é quase inevitável dado que a presença do elemento é particularmente marcante naquela zona da paisagem urbana.”

PONTO 1. – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL DE 13JUN14 a 23SET14.

(O texto da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta ata, em anexo).

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra⁰²¹ ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação da Informação Escrita.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²²

“Muito breve e sumária, porque este período para além de ter sido longo, foi um tempo muito espaçado entre a nossa data da última atividade municipal e esta, foi um período muito rico, muito diverso, com atividade em várias, eu diria em todas as tipologias da atividade municipal. Estarei ao dispor para as interações porque obviamente não vou estar a falar de um documento tão grande, mas tenho que fazer uma referência muito sumária dos três primeiros pontos, pela sua natureza, pela sua ordem de importância. Em primeiro lugar o Fundo de Apoio Municipal (FAM), as óbvias decisões formais que a Câmara tomou de solicitação de acesso ao fundo, cumprindo as obrigações legais de acesso ao chamado Apoio Transitório de Urgência. Dar conta que estaremos, proximamente, em Executivo Municipal e em Assembleia Municipal, a tratar da aprovação da minuta do contrato desta componente do Apoio Transitório de Urgência, embora lembrar que é uma mera antecipação daquela que será a assistência financeira a prestar pelo Fundo ao Município, no quadro do contrato que viremos a negociar e a acordar. Dizer que as negociações e o acordo com a DGAL estão terminadas desde quarta-feira da semana passada. Estamos agora a terminar as formalidades para que o processo possa, depois de validado pelo Sr. Secretário de Estado, pela Câmara e pela Assembleia Municipal, ir para a validação final do Tribunal de Contas para que, chegado o visto, possamos receber esta verba que é fundamental para nós, nomeadamente para gerirmos as despesas de funcionamento do mês de novembro e do mês de dezembro, com especial incidência crítica para o mês de novembro.

A segunda nota sumária para o arranque do ano letivo. Globalmente, no nosso Município, correu bem. Os objetivos que traçámos de pequenas intervenções, de ajustamento nalguns circuitos de transporte para justapor melhor a necessidade do transporte escolar com a operação do transporte coletivo normal, chamemos assim, foram também tomadas, as pequenas intervenções de maior necessidade foram executadas, numa operação, em alguns sítios, delicada porque algumas delas foram feitas com empreiteiros com quem temos passivos grandes e esse encontro de vontades não é fácil. Mas globalmente correu bem, há apenas pequenas questões para terminar, e que serão terminadas muito proximamente no que respeita à Escola da Glória. Podemos dar esta nota que temos um ano letivo que arrancou de

forma serena, de forma tranquila, em boa parceria entre os muitos atores ou agentes que são fundamentais na gestão deste processo.

Uma última nota sumária que respeita à nota de balanço, que tornámos pública, sobre os dez primeiros meses. Não exatamente sobre os dez primeiros meses mas sobre os dez compromissos de prioridade das dez áreas de atuação que referenciámos como urgentes e que também elas receberam uma nota globalmente positiva de concretização, de algo que se fez, nalgumas matérias, nomeadamente aquelas que não têm uma dependência direta no que respeita à consequência da nossa parte, que não tiveram sucesso. Ponho em primeiro lugar o que se passa com a gestão do nosso Centro Hospitalar do Baixo Vouga, malgrado o nosso trabalho, temos a noção de que os nossos compromissos e as lutas que assumimos são importantes, mas temos também a humildade que não ganharemos todas embora lutarmos em todas até ao limite das nossas capacidades e das nossas energias. É uma nota globalmente de grande positividade num processo fundamental para a reestruturação, para a recredibilização da nossa Câmara e de todo o universo municipal, nesta fase capitalíssima da reforma da sua existência, para passarmos para uma fase diferente em que esses problemas têm uma resolução assumida e implementada. A importância de outros problemas, de outros projetos, de outras oportunidades que iremos futuramente aproveitar, ganhará primazia. São estas as notas simples em jeito de lançamento deste ponto. Pela minha parte estarei disponível para as interações.”

Membros da Assembleia

Vogal António Moreira (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[023](#)

“Sr. Presidente, nós não discordamos em tudo, sempre. O PCP Aveiro folga sempre em saber que a inércia até dá algum resultado. No ponto da ponte pedonal estamos perfeitamente de acordo. De facto, não fazer nada foi a melhor coisa. Nesse ponto a Câmara está de muitos parabéns.

Não fazer nada é o que tem feito a Câmara no sentido de proteger o serviço público, de proteger os transportes públicos, de proteger aquilo que são os bens essenciais para a nossa população. É fácil enunciar um conjunto de medidas que não têm correspondido, em nada, para a melhoria da qualidade de vidas das nossas populações. De referir que alguns aspetos estão ligados a ações que o Sr. Presidente da Junta de S. Bernardo ainda hoje falou, julgo eu não estar enganado, nós concordamos que a ação que se tomou no hospital de S. Bernardo foi a mais correta mas não se resolveu um problema porque os sem-abrigo que foram expulsos do hospital de S. Bernardo, neste momento, estão na lota. E um dos seus pontos das dez medidas era a organização de toda aquela zona e, neste momento, temos mais um problema ali criado. Temos os sem-abrigo lá dentro, não lhes resolvemos o problema apenas os empurrámos para outro lado. Isso não é resolver o problema.

É óbvio que nós não concordamos com a política tomada no rumo da dívida da Câmara, nem concordamos com uma postura de aparente desconhecimento da situação real que tinha a Câmara. Não nos podemos esquecer que nos últimos dois mandatos as cores partidárias eram exatamente as mesmas e, portanto, o Sr. Presidente e esta equipa tinham conhecimento total do que eram as situações da Câmara. Estarmos a fingir que foi uma situação nova e que iríamos precisar disso é um engano.

Temos também outras preocupações. Eu espero que o Sr. Presidente nos possa ajudar a esclarecer se, de facto, é seguro para os alunos que estão a ocupar o Estádio de Aveiro, a estudar com as placas que caíram lá. Se de facto é ou não seguro. Sei que foi uma intervenção rápida mas é importante que se perceba essa situação. Temos a noção que o ano letivo pode ter arrancado, dito pelo Sr. Presidente, de forma menos má. Não é a nossa posição sabendo que a escola da Vera Cruz continua a não ter uma resolução final, que os meninos continuam a andar em contentores, que o CAF não está a funcionar na melhor

forma em todas as escolas, que há pais que são impedidos de deixar os meninos à porta da escola porque não os deixam entrar porque têm que ir para o CAF e portanto têm de pagar o CAF por inteiro. Esta existência, desta forma, e temos uma divergência grande entre o PCP e a Autarquia, neste campos, apenas retira da Câmara o sentido de serviço público. Disse.”

Vogal Rita Batista (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [024](#)

“Sr. Presidente. Apresenta na sua comunicação o balanço de dez medidas para dez meses. No dia um, estas medidas eram ideias e intenções. No mês dez deviam ser realidade. Mas Ribau Esteves apresenta-as, novamente, como intenções, em que praticamente nenhuma foi concretizada. Não foi reduzido um único lugar de estacionamento pago. Continuam a existir problemas calamitosos nas estradas do Concelho. A situação grave que o Hospital vive não foi alterada. E as questões relativas à Universidade são decretadas como objetivo político. Acima de tudo intenções e não concretizações.

Mas queria olhar em pormenor para a relevante questão das finanças. O Presidente Ribau Esteves foi eleito prometendo que a sua experiência era o garante da resolução dos problemas financeiros da autarquia. Eleito, cedo mudou a agulha e disse que não havia nenhum caso na história. Portanto, a solução teria também que ser nova. Vemos agora que a solução nova de Ribau Esteves nem é solução, nem é nova. É mais do mesmo. Aumento dos impostos para o máximo, aumento das tarifas de água, saneamento e resíduos para o máximo, privatizações, despedimentos. E é também a perda da capacidade de decisão democrática da autarquia cujas decisões dos eleitos poderão ser nulas ou sujeitas a visto prévio. Falo, obviamente, do Fundo de Apoio Municipal, uma questão central para a vida dos aveirenses. Por isso mesmo, trazemos a esta Assembleia uma moção sobre o FAM onde aprofundaremos também este tema. Mas fica a nota do fracasso da governação PSD-CDS em Aveiro que impõe uma segunda onda de austeridade. Ribau Esteves fotocopia o Governo PSD-CDS e quebra a sua promessa eleitoral de que não aumentaria os impostos.

Outra questão bastante relevante são os transportes públicos. Foi apresentado um estudo da CIRA para os transportes na região mas continuamos a desconhecer o futuro da MoveAveiro. Sr. Presidente, seja claro. Qual o futuro da MoveAveiro? A autarquia continuará a ter transportes públicos? A autarquia, em conjunto com a CIRA, apostará na intermunicipalização da MoveAveiro, oferecendo um serviço mais completo aos cidadãos ao mesmo tempo que aumenta a sua eficácia financeira, como propõe o Bloco? Ou por outro lado quer privatizar ou concessionar a MoveAveiro? E neste cenário, é ou não verdade que o Município e o Estado pagarão uma renda aos privados por essa exploração? O Bloco de Esquerda defende uma MoveAveiro pública, revitalizada e, quando possível, que se estenda à intermunicipalidade. Sobre os transportes públicos em Aveiro temos ainda uma outra questão concreta. Em julho a Câmara decidiu suprimir a última viagem do ferry. O Bloco discordou desta medida e fez ouvir a sua proposta para a reposição dessa carreira. Ribau Esteves reagiu de forma descolada, dizendo que o absurdo das afirmações do Bloco de Esquerda não lhe mereciam comentários. Felizmente, a sobrançeria da resposta durou pouco. Entretanto, a Câmara repôs o último ferry, como era exigido pelo Bloco e pela população de S. Jacinto. No entanto, diz, agora, que se trata de uma carreira experimental e que está em estudo para avaliar a sua utilização. A questão é que a ligação rodoviária a esta carreira marítima deixou de existir. O plano parece ser claro: repõe-se a carreira, anula-se o autocarro e ainda assim faz-se um estudo de contabilização dos passageiros para, no final, tirar a conclusão errada que a carreira marítima não é necessária.

Sr. Presidente, bem pode dizer que uma das dez medidas para dez meses que o senhor cumpriu é quebrar o isolamento da Freguesia de S. Jacinto. Mas a realidade e as suas medidas desmentem tal afirmação. O Bloco defende a manutenção desta carreira marítima essencial para quem vive em S. Jacinto e trabalha em Aveiro, essencial para quem vive em S.

Jacinto e possa ter acesso a alguns dos serviços públicos localizados na sede do Concelho. Mas em conclusão devemos dizê-lo: queríamos a alteração das políticas desta autarquia e não este cenário em que nos é apresentado como fotocópia do governo PSD-CDS de lançar mais austeridade sobre austeridade. Disse.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[025](#)

“Sr. Presidente da Mesa. Srs. Membros desta Assembleia. Caríssimo Executivo Municipal. Esta comunicação é de suprema importância para os aveirenses, no meu modesto entendimento. É o relatar de um período relativamente curto, como bem disse o Sr. Presidente, mas também como o Sr. Presidente da Câmara reconheceu é de suprema importância e tem enfoques que lhe dão essa notoriedade. Desde logo a questão do Fundo de Apoio Municipal. Eu devo dizer ao Sr. Presidente da Câmara, através do Sr. Presidente da Mesa, que sempre estranhei que, ao arrepio de todas as câmaras sem dificuldade, este Executivo tinha um entusiasmo desmedido por aderir ao FAM. E causava-me isso certa perplexidade quando se adivinhavam nuvens de grande tempestade para uma adesão dessa natureza. Eu penso que a Câmara esteve na negociação, naturalmente como estiveram outras todas, certamente que foi ouvida, porque não era possível tomarem-se medidas para a adesão ao FAM sem as câmaras serem ouvidas, sem esta Câmara ser ouvida. Mas nós nunca tivemos aqui nenhum relato de medida nenhuma tomada por este Executivo para dizer «nós não queremos o FAM». Pelo contrário, o entusiasmo era enorme e justificações para esse entusiasmo era só a compostura da carteira. No fundo, a Câmara sentir-se-ia aliviada porque passaria a ter fundos para fazer uma gestão despreocupada sem a gestão das dificuldades de uma gestão em carência financeira. Compreende-se mas não se justifica. E não se justifica porquê? Porque este Executivo quando tomou posse e enquanto decorreu toda a campanha eleitoral, e até por razões de proximidade com alguns membros do Executivo que estavam no Executivo anterior, sabia da situação financeira existente. Essa é uma razão pela qual não devia haver entusiasmos mas devia haver preocupação de governar com aquilo que o Município tinha. Vir dinheiro, em sim, compor a carteira parece que não há mal nenhum, não fosse o rol de consequências, o séquito de consequências gravíssimas para os munícipes, para os governados, porque não é o Executivo que vai pagar. Quem paga são os munícipes que residem em Aveiro e pagam os seus impostos em Aveiro, sublinho isto, são os munícipes que residem em Aveiro e pagam os seus impostos em Aveiro. E para estes é nefasto e era importante que não aderíssemos ao FAM. Desde logo vamos ter um aumento do IMI e dos impostos para as taxas máximas. O gravame, toda a gente compreende, conotado isto com a valorização do imobiliário, em Aveiro, que é das maiores do país. Devido a quê? Não à fórmula, mas aos coeficientes de localização que compõem essa fórmula. Aí já está uma injustiça gravíssima que é o aumento do IMI sobre uma coisa que é desmesurada e injustamente grave. Cada metro quadrado de construção média, aqui em Aveiro, não sai a seiscentos e três euros como diz a fórmula, sai a mil e duzentos euros ou mais de mil euros, pelo menos. Os coeficientes de localização, aqui, são tendencialmente um ponto nove. Portanto, há que rever esses coeficientes. Depois, este aumento de zero três para zero cinco, não pensem os munícipes que isto é zero dois, que é uma bagatela. Não. O aumento é exatamente sessenta e seis vírgula seis por cento. E basta fazer este exercício: uma casa ou um imóvel que valha cem mil euros paga trezentos, à taxa de zero zero três actual, se for aplicada a taxa zero zero cinco paga quinhentos. De trezentos para quinhentos o aumento é de sessenta e seis por cento. É bom que as pessoas tenham esta noção. Depois, vão ter o gravame do aumento, para o máximo, de todas as taxas. Também neste recato e num ciclo temporal pequeno, num círculo espacial pequeno e num círculo de vistas muito curtas, que me parece que tem a Câmara, é menos grave. Mas já é muito grave quando se pensar que isto é do conhecimento do investidor, quando se pensar que o investidor vai deixar de fazer os

seus gastos em Aveiro, isso é diretamente prejudicial para a Câmara mas não só. Também é diretamente prejudicial para as pessoas que aqui têm o seu comércio, as suas indústrias, o seu local de trabalho. Porque a quebra no investimento tem um efeito devastadíssimo, como é fácil de perceber e de intuir. Há que pensar nisto.

Vangloria-se a Câmara que «nós vamos fazer uma reestruturação, vamos ter juros mais baixos». Mas que juros mais baixos? Não nos diz quais são os juros mais baixos. É sabido que num percurso deflacionário, perigosamente deflacionário, como estamos a ter a nível nacional, estamos a ter um percurso deflacionário, as taxas de juros tendem a baixar. Mas a Câmara não nos diz qual é a medida desta taxação pela qual vai renegociar a dívida.

Outro ponto. Vai obter financiamento do FAM e depois o que é que faz à outra dívida? Essa também é uma pergunta absolutamente pertinente, que eu deixo clara. A Câmara tem que esclarecer se com esse dinheiro que vai pedir ao FAM paga a dívida existente, se a substitui. É importante que se diga, porque se vai buscar ao FAM e deixa estar a dívida não faz mais do que aquilo que já aqui anunciei que seria um propósito desta Câmara, um propósito gastador e que, por falta de meios, não conseguiria lá ir porque não sabe gerir de outra maneira. Então, faz crescer a barriga com os impostos e empurra a dívida para a frente, para o outro.

Então quais seriam as medidas que, no meu modesto entendimento, deveria haver aqui? Nós estávamos a fazer um percurso que, apesar da dívida ser grande, estava a ser reduzida. Isso é manifesto, a dívida estava a ser reduzida. E é tanto assim que no anuário da OTOC (Ordem dos Técnicos Oficiais de Conta), sublinho isto para que conste e seja público, com merecimento de rigor, oficiosamente rigoroso, esta Câmara, no ano de 2012, foi a câmara que mais amortizou a dívida, a oitava câmara daquelas que mais capital puseram ao serviço da dívida. Portanto eu pergunto: não era bem que esta Câmara seguisse o mesmo percurso, em benefício do cidadão? Para não os massacrar com impostos elevadíssimos, com um futuro incerto, prejudicial para o seu andamento normal e vital? Era, seria. Tem ou não tem Câmara, este Município, um património imobiliário importantíssimo: a Casa Major Pessoa, Pedricosa e muitos outros? É ou não é possível vender esse património e que foi aumentado pelo Executivo anterior? Abater à dívida e pô-lo em limites consentâneos com uma gestão equilibrada e corrente? É uma pergunta que fica também. A Câmara pensou nisso em vez de ter este entusiasmo todo de ir para a frente com o FAM só para compor a carteira, descautelando os interesses dos munícipes? É esta a ideia que eu deixo.

Vou guardar algum tempo porque depois quero ter o direito de réplica.”

Vogal Ernesto Barros (CDS)⁰²⁶

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁷

“Muito obrigado Sr. Presidente. Eventualmente por lapso, há pouco o Sr. Presidente não respondeu ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Eixo e Eirol, relativamente à questão da segurança das crianças transportadas. Agradeço, se o puder fazer agora neste período.

Muito sinteticamente, até porque outras intervenções na minha bancada se farão sobre este tema, eu apenas queria referir que, agora sim, o balanço municipal, como alguém aventou, está aqui plasmado na Comunicação do Sr. Presidente. Eu queria dizer que considero que sintetiza, particularmente, a ação do Sr. Presidente, aquilo que colocou no final do ponto nove, página nove. Ou seja, desenvolveu grande atividade embora sem resultados práticos alcançados. Manifestamente, nós não poderemos deixar nunca de denunciar a mistificação que alguns pretendem imputar de estarmos numa espécie de ano zero, quando a verdade é que o PSD e o CDS pediram, e os aveirenses concederam-lhe, a confiança há três mil duzentos e quarenta dias, cento e oito meses ou nove anos. Portanto, Sr. Presidente, é evidente que não é pessoalmente responsável pelos atos que lhe são imputados, mas,

politicamente, não pode deixar de assumir a responsabilidade, e os partidos que suportam esta maioria não podem deixar de o fazer.

Também queria dizer, Sr. Presidente, e felicitá-lo por isso, que a leitura deste relatório da atividade municipal lembrou-me a célebre obra de Lewis Carroll, “Alice no País das Maravilhas”, por uma das frases mais bonitas que esse livro contém e que é quando a Alice interroga o coelho “quanto tempo dura o eterno?” e ele responde “às vezes apenas um segundo”. Porque o Sr. Presidente consegue fazer a proeza de transformar dez meses em mais de dez meses. Aquilo que era, para o Presidente da Câmara, um plano de intervenção imediata de dez meses plasma no relatório que vai ter seguimento de execução nos próximos meses. Ou seja, os dez meses em que era suposto terminar aquilo com o qual se teria comprometido, vai conseguir transformar esses dez meses em mais meses. Acaba por, de algum modo, reconhecerá que a beleza poética de Lewis Carrol é um bocadinho superior a esta, mas acaba por ter alguma curiosidade.

Para terminar, concordar que deve haver algum cuidado, o Sr. Presidente reconhecerá, porque é uma pessoa razoável, nas epígrafes dos vários pontos que constam deste relatório da atividade municipal. Atribuir um título de “remoção de cadáver de animal de um canal da ria”, convenhamos, Sr. Presidente, que a minha primeira reação foi rir quando vi esta página inteira dedicada ao assunto. É evidente que o assunto é mais complexo que isto e, portanto, a epígrafe deveria ser, obviamente, conflito de jurisdição entra a APA e a Câmara Municipal. Manifestamente, submeter à Assembleia Municipal a apreciação da remoção de um cadáver de um animal, convirá não deveria ter sido esta a redação.

Também apenas para finalizar, creio que já o felicitei particularmente no dia em que nos cruzámos, mas não posso deixar de o fazer também aqui, ou não devo deixar de o fazer, o modo como a Câmara Municipal aderiu ao sistema de pagamento de estacionamento através de smartphone, à semelhança de uma mão cheia de municípios deste país, é uma boa iniciativa que apenas peca por estar limitada ao estacionamento de superfície. Não sei se tecnicamente é possível fazer estender ao estacionamento subterrâneo. Se assim fosse o cidadão teria visto as suas comodidades acrescidas.”

Vogal Marques Pereira (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[028](#)

“Sr. Presidente. Executivo. Caros colegas. Dois pontos para abordagem da minha intervenção. O primeiro prende-se com a questão relativa ao Fundo de Apoio Municipal e que é, por ventura, a questão mais decisiva do mandato em que estamos, e que irá, seguramente, condicionar os anos futuros da Câmara Municipal. Todavia, a informação que é trazida na Comunicação do Presidente em relação a esta matéria, ao acesso obrigatório ao Fundo, e do cumprimento dos critérios da Lei das Finanças Locais que impõe que a Câmara Municipal, de forma obrigatória, tenha que recorrer ao Fundo, tem um problema que é a falta de justificação financeira desse acesso obrigatório. Não decorre da leitura da comunicação do Sr. Presidente, do ponto de vista financeiro, que se cumpram esses critérios, que aliás estão aqui bem explanados tal qual a lei o determina. Seria, portanto, urgente que V. Ex.a pudesse prestar esses esclarecimentos de forma escrita e com os mapas que justifiquem financeiramente esta questão. Estes nove anos de maioria do PSD-CDS não conseguiram debelar esse problema da Câmara de Aveiro e o que vamos ter é, entre outras coisas, taxas, preços e impostos no máximo, e os aveirenses, no próximo ano, vão todos pagar o IMI no máximo o que trará, para muitas famílias, mais umas centenas de euros por ano para pagar a propriedade dos seus imóveis. E será, seguramente, para muitos casos um problema social grave e para o pequeno comércio poderá fazer a diferença entre continuar a existir ou fechar a porta. Dir-me-ão que é uma situação herdada e a lei é da República. Esta é a justificação mais fácil para que isto tivesse acontecido. Mas o que se passa é que durante um ano não conseguimos vislumbrar, nem na Assembleia, nem na Câmara, nenhum projeto

ou nenhum plano que pudesse começar a fazer face a essa urgente intervenção financeira. Aliás, como já aqui foi dito e gostaríamos de prosseguir nessa linha, o plano de intervenção imediata, tal como ele diz, é imediata e urgente, não cumpre os seus principais requisitos de urgência. Portanto, é uma mão cheia de quase nada. O único ponto que é integralmente cumprido é ele uma medida ablativa, que é a de não cumprimento. E isso está... que é de não se fazer a ponto sobre o Canal Central. Aliás, esse já estava cumprido no dia em que V. Ex.a aceitou o seu lugar de Presidente de Câmara. O resto está parcialmente cumprido mas em percentagens muito, muito, reduzidas. Do plano da intervenção financeira o FAM é a desculpa para tudo, ou para quase tudo, mas um projeto e um plano impor-se-iam para este primeiro ano de mandato. Aliás, nós, oposição, damos de barato que já não são dez mas doze, porque alguém lembrava e bem já estamos em um ano de mandato.

Em relação à nova estrutura orgânica gostaria também de lembrar que em junho entregámos, via Mesa da Assembleia Municipal, um requerimento para que V. Ex.a pudesse trazer a esta Assembleia a justificação que tantas vezes lhe pedimos sobre a relevância e as consequências financeiras da nova estrutura. Ela não existe e estamos seguros que já nunca cá virá.

Em relação aos regulamentos, faltam rever cinco, e a revisão dos outros foi a confusão que seguramente aqui estarão recordados, sobretudo no que respeita à questão das audiências públicas. Os concursos das chefias também não constam que estejam abertos.

Na operação da reabilitação das escolas há um dado que é decisivo, que criticámos muito o anterior Executivo e esta maioria, e a crítica tem plena atualidade. Era importante para a decisão, pelos vistos já tomada, de arranque da revisão da Carta Educativa, reunir-se o Conselho Municipal de Educação. Em um ano isso não foi feito e também não há nenhuma evidência de reabilitação das escolas, como V. Ex.a reconheceu, como nós também sempre defendemos, que está muito mal tratada no nosso Município.

Em relação ao plano de emergência das estradas, que era, recorde, emergência, que era tapar os buracos, projeto da rotunda do Botafogo e o projeto da rotunda na Avenida da Universidade, junto ao ISCAA, não há nenhum projeto e não está nada aprovado. A EN109 e a EN230 são os mesmos problemas de sempre, há uma ausência total de iniciativas para a redução do tráfego e a história do famigerado pórtico também não conhece nenhum desenvolvimento. Mas aqui houve, de facto, um cumprimento que foi na EN235, junto a Mamodeiro, à entrada da autoestrada, que se colocaram lá uns semáforos. De facto, aquele cruzamento é perigoso. Mas só foi feito isso e não foi pela Câmara.

Em relação ao estacionamento pago em que se prometia reduzir as áreas passou-se um ano e não se reduziu nenhuma área de estacionamento pago à superfície.

Na Lota de Aveiro e no Rossio, um trajeto que todos reconhecemos importante, e esse plano de limpeza e reabilitação urgente, segundo as suas palavras, está exatamente como está há doze meses. E a definição com a APA do plano de intervenção para a Lota também ainda não se conhece nenhum esboço.

S. Jacinto e Nariz, acompanhamos a preocupação do Sr. Presidente. Aliás, o epíteto que V. Ex.a destaca para o cumprimento de uma promessa do fim das terras desterradas. Mas isso ainda não se traduziu em nada. E assumir e gerir a praia de S. Jacinto como de Aveiro, V. Ex.a hasteou só a bandeira azul. Dir-me-á, e bem, estão a decorrer as obras do Porto de Pesca e da marginal. V. Ex.a não terá inteira responsabilidade na execução dessas obras, reconhecerá isso, mas estamos do seu lado para a sua conclusão.

Do Hospital de Aveiro sabíamos nós que V. Ex.a não tinha nenhuma possibilidade de cumprir esta promessa, por uma razão simples. Não era das competências do Presidente da Câmara conseguí-las cumprir, nomeadamente no que se refere à ampliação, à qualidade e às novas valências. Esta Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, no seu conjunto, deram um contributo político mas que ainda não se traduziu num aumento de qualidade, que se saiba, e, pelo contrário, perderam-se valências, não se ganharam.

Da Universidade de Aveiro, de facto, cooperação ativa intensa mas ainda ninguém conseguiu perceber em que é que isso se traduziu. Seguramente que haverá um melhor relacionamento que no passado, no passado eram inexistentes as relações com a Universidade de Aveiro, mas estamos curiosos, um ano depois, para saber em que é que isso se traduz.

Por isso, Sr. Presidente, se um político deve prestar contas, deve prestar essas contas no tempo próprio. E o tempo próprio foi marcado por V. Ex.a, dez meses depois para o cumprimento de medidas urgentes. Doze meses depois do anúncio dessas medidas na campanha eleitoral, V. Ex.a não consegue cumprir a maioria destas medidas que propôs. O nosso dever como oposição é sublinhar isso. E V. Ex.a como bom democrata que é deve assumir essa responsabilidade deste falhanço. Disse.”

Vogal Victor Oliveira (PPD/PSD)⁰²⁹

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD)⁰³⁰

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰³¹

Vogal Jorge Nascimento (CDS)⁰³²

Vogal Francisco Picado (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³³

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Relativamente à Comunicação do Sr. Presidente que nos foi apresentada eu gostaria de juntar algumas peças que, de alguma forma, nos podem conduzir a algumas questões e alguma preocupação também. Eu diria que a coisa não está famosa, escuso de repetir este assunto porque, com certeza, o Executivo e o Sr. Presidente sabem, tão bem ou melhor do que eu, que, de facto, a coisa não está famosa. Se nós olharmos para a informação financeira reparamos que, desde o final do ano de dois mil e treze até agosto de dois mil e catorze, a dívida aumentou um milhão e qualquer coisa, um milhão e pico de euros. Tenho aqui um número de cento e vinte e três para cento e vinte e cinco, salvo erro. É verdade que é difícil corrigir a dívida quando não se podem utilizar coisas como concessionar o Estádio por sessenta milhões de euros. É verdade que não se pode corrigir a dívida quando pegamos na prestação de serviços dos Serviços Municipalizados e a alienamos e utilizamos as receitas para fazermos tudo menos aquilo que deveria ter sido feito. Eu admito que, de facto, esta variação, se olharmos para as parcelas que as provocam, pode conduzir alguma preocupação. Se conjugarmos isto com o FAM ou com este pedido de urgência e com a diminuição das receitas, ou a baixa taxa de execução de receitas, nomeadamente em termos de venda de património, eu diria que estamos perante uma situação que pode ser muito complexa. Aliás, os dez milhões que, supostamente, vão ser pedidos nesta situação de urgência, tenho a indicação que vão ser utilizados para suprir receita que está a faltar neste período. Qual é a questão que se coloca aqui? A questão que se coloca aqui já foi colocada noutra Assembleia Municipal. Para que é que vai servir o FAM? Porque é que o Município, por obrigação, vai aderir ao FAM e qual será o resultado final disso? Nós temos um problema, diria, de receita, na Câmara Municipal. Resolver a questão através de financiamento não trará nenhum benefício e isto leva-nos sempre ao mesmo ponto. Ou seja, qual é, efetivamente, o plano que o Executivo nos apresenta para cumprir duas questões. A primeira é para reduzir, ou para equilibrar, o funcionamento corrente da Câmara. E a segunda, o próprio FAM dá resposta, vamos ter um aumento de receita através do aumento do IMI. Portanto, parte do problema vai estar resolvido, mas eu diria que se não houver aqui uma solução para equilibrar aquilo que é o regular funcionamento da Câmara, mais tarde ou mais cedo nós vamos estar de novo confrontados com este problema.

Eu sei que o plano está ser trabalhado ou está a ser estudado, mas gostaríamos de ter a certeza, ou gostaríamos de analisar algo em concreto para podermos desembrulhar esta situação complexa que se afigura a muito curto prazo, porque a questão da dívida de curto prazo é aquela parcela que aumentou de forma significativa.”

Vogal Paiva Martins (PPD/PSD)⁰³⁴

Vogal Susana Esteves (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³⁵

“Boa noite. Em relação a esta comunicação do Presidente eu devo dizer que, fugindo um bocadinho àquilo que tem sido dito, gosto de ver que há uma série de obras que ou estão em curso ou estão em preparação. E julgo que não seria tão expectável numa fase tão inicial de mandato haver, como houve: a Unidade de Saúde de Esgueira a iniciar-se, as intervenções na Pateira de Requeixo e do Carregal, a Ribeira de Esgueira, a frente ribeirinha de S. Jacinto, a animação estival que também foi feita nesta Freguesia em relação às praias, a tal preparação com as obras na rua do Castro, as adjudicações que estão a ser feitas por causa do Parque da Sustentabilidade, todos os benefícios que foram feitos ao nível dos cartões de residente e de estacionamento, as preocupações em torno do Plano de Mobilidade, as preocupações com a acessibilidade a S. Jacinto através do ferry, e uma série de outras questões que estão a andar, sejam elas da Câmara ou estejam elas a realizar-se com a força e o apoio da Câmara. Eu penso que isso é muito bom e não seria sequer expectável estar tanta frente de trabalho nesta altura do campeonato. Além disso, não esquecer todos os regulamentos que já foram reformulados, alguns dos quais já estão em vigor, faltam pouquíssimos. Esta situação que eu acho muito interessante, o estudo em relação à dedução do IVA, que me parece muito pertinente e muito ajuizada.

Entretanto, ouvindo um pouco aquilo que tem sido dito eu não consigo resistir a tecer um ou dois comentários. Eu julgo que ainda haverá pessoas nesta cidade que julgam que com o FAM ou sem o FAM, ou com que solução, andar para a frente ou endividarmos, ou de outra maneira qualquer, que os aveirenses ficarão eximidos de pagar. Não há hipótese, seja agora, seja mais tarde. Nós já temos vindo a pagar muita coisa nos últimos anos. Se calhara se tivéssemos pago mais um bocadinho, de outra forma, estaríamos provavelmente melhor. Não vale a pena tentar criar situações de dramatismo e de instabilidade, porque os aveirenses têm que pagar. Não há hipótese. O acto de gestão, ou os actos de gestão, não são actos de milagres. Não há hipótese de termos, como diz o ditado popular, ‘chuva na horta e sol na eira’. Essa coisa do Bloco de Esquerda querer tudo e mais alguma coisa não pode ser. Não dá. Ao menos o PCP é muito mais coerente nesse sentido, assume as despesas e ponto final.

É preciso termos em atenção essas questões. Ainda há soluções que se pensam e que se encaram neste momento, como vender património, imóveis... mas o que é que nós andamos a tentar fazer nestes últimos anos. Não tentámos já vender o Estádio, não tentámos vender tudo e mais alguma coisa, não se conseguiu. Vamos chover no molhado? Pois há quem queira continuar a chover no molhado e a chover no molhado não vamos a lado nenhum.”

(Entretanto saiu da sala a vogal Maria da Luz Nolasco)

Vogal Rita Batista (BE)⁰³⁶

Vogal Susana Esteves (PPD/PSD)⁰³⁷

Vogal Ana Seiça Neves (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³⁸

“Vi com alguma preocupação, na página cinquenta e nove, que ouve uma prescrição das dívidas tributárias em processo de execução fiscal. Segundo o que aqui consta são referentes aos anos de dois mil e quatro e dois mil e cinco. Uma vez que isto implicava uma receita para a Câmara eu gostava de saber o que é que aconteceu para que isto possa ter acontecido. Eu creio que isto não é do tempo em que o famoso Tribunal Fiscal que foi a correr para Viseu e que depois voltou com os mesmos processos. Entre eles, de facto, alguns que estavam prescritos.

Gostaria de fazer uma observação sobre a BUGA. Acho que é um projeto interessante, vejo que está degradado e desatualizado, também não me admira. Gostaria de chamar a atenção para o seguinte. Neste Verão, numa das minhas idas à Costa Nova, verifiquei que havia pessoas que se deslocavam nas BUGAs, que, inclusivamente, as levavam para a praia e que as tinham alterado. As BUGAs têm que ser fiscalizadas, creio eu, até porque há muitos turistas que gostam de as utilizar.

Finalmente, em relação ao estacionamento. Já está em vigor, não está em vigor? Estamos em altura de fazer protocolos de algumas instituições com a Câmara para poder utilizar isso? Agradecia que me esclarecesse.

Quantos às dívidas que existem na Câmara isto é como em tudo. Casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão, ninguém assume coisíssima nenhuma e nós andamos aqui a discutir as dívidas quase desde o tempo de D. Afonso Henriques. É altura de começarmos a pensar no futuro e em resolver as situações que já existiam, todos nós conhecemos que existiam, e não vale a pena pormo-nos aqui com um ar moralista, passar à frente ou não sei o quê. Há muitos mecanismos, V. Exas., com certeza, saberão melhor do que eu, eu nem sou dessa área, resolver isso. Disse.”

Vogal Paulo Fontes (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[039](#)

“Diz o ditado que à quarta é de vez. Eu sei que não é bem assim, mas esta é a minha quarta presença e a minha primeira participação, e gostava que ela fosse entendida como uma participação de cidadania. Liga-me uma afinidade ideológica ao Partido Socialista, mas não sou militante. Portanto, esta é uma intervenção de um cidadão de Aveiro. Começava por tentar evitar chover no molhado. A questão das dez medidas nos dez meses foi central porque é óbvio que aquilo que foi dito em que há um nível muito elevado de execução não corresponde inteiramente à verdade. No início o Prof. Henrique Diz falava de uma questão de credibilidade. Eu diria que há aspectos a melhorar naquilo que é a qualidade de informação e a qualidade de discussão que é feita nesta Assembleia. Por exemplo, trabalhando ao nível daquilo que são os balancetes financeiros, um conjunto de informação contabilística para não-financeiros, para que todos os deputados pudessem apreciar um conjunto de rácios mais importantes e que, dessa forma, conseguissem acompanhar a evolução da gestão financeira da Câmara. Relativamente aos dez pontos, eles já foram aqui bastante esmiuçados. Gostava de mencionar só alguns, alguns pela negativa, outros pela positiva. Um deles tem a ver com o plano de limpeza e reabilitação da zona da Lota e do Rossio. Se nalguns aspectos se notam evoluções e noutros se nota, pelo menos, a vontade de estudar e conhecer melhor os problemas, Sr. Presidente, aquilo que nós vemos, na realidade, é que há no Rossio um retrocesso, uma ‘pioria’ da qualidade, principalmente quando a noite cai naquele espaço. Aquilo que eu vejo como pai que tem que levar frequentemente a filha a uma associação cultural na zona, vejo prostituição, vejo casos de arrumadores violentos, vejo casos de mobiliário urbano que está degradado, foi retirado o parque infantil e não foi substituído. Portanto, aquela área está pior do que o que estava. Deve ser uma prioridade.

Relativamente à questão da requalificação do Parque Escolar, eu gostava de chamar a atenção de que é necessário repensar o ordenamento de trânsito nalgumas zonas da cidade. A zona dos liceus e agora também a avenida da Universidade, às nove horas, é caótica. Não se anda e é, inclusive, perigosa porque há pais a estacionar mal, há crianças a passarem fora da passadeira. Era importante, se calhar, pensar nestas rotundas, para melhorar.

Dizer-lhe também que notei com agrado que ao fim de quase uma década uma das festas dos estudantes veio novamente para mais perto de Aveiro e isso implica redução de riscos, da haver acidentes, implica que as pessoas se possam deslocar a pé. Afinal, estes estudantes da Universidade deixam cá três milhões de euros por mês e acho que está na altura de haver algum retorno.

Só mais alguns apontamentos. Esta semana foi noticiado um relatório da União Europeia que indica Aveiro como uma das zonas preocupantes em termos de exposição às poeiras de PM10. Inclusive, há intenção da União Europeia de processar o Estado Português por não fazer nada. Eu penso que este é um assunto que o Sr. Presidente se podia inteirar, poderia informar os munícipes, nomeadamente quais é que são as zonas mais expostas. Penso que é um dos argumentos bastante forte a favor da remoção das portagens por forma a que algum do trânsito se faça por fora da cidade.

Dizer-lhe também, por exemplo a nível do Rossio, notar com preocupação e perguntar-lhe se já foi feito algum levantamento, algum diagnóstico sobre a incidência do escaravelho vermelho nas nossas palmeiras, que são um postal de Aveiro e que podem estar em perigo.

Dizer-lhe que já foram feitos avistamentos de vespas asiáticas na zona de Aveiro. Em minha casa já tive um bichinho de dois centímetros a fazer-me uma visita. Portanto, é um problema que pode ser perigoso para a população. Terminava por aqui.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰⁴⁰

Vogal João Barbosa (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴¹

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu vou ser muito breve, só tenho algumas sugestões. Gostaria de lembrar o Sr. Presidente da Câmara que não respondeu às questões que coloquei na minha intervenção anterior.

Falou-se aqui no Centro de Saúde de Esgueira. Eu felicito pelo que foi feito mas nesta manifestação de alegria não devemos esquecer a Dra. Romana Fragateiro por tudo o que fez e pelo que lutou por isso.

Sobre a implementação do novo sistema de pagamento do estacionamento eu gostava de sugerir ao Sr. Presidente da Câmara, porque ouço as pessoas, que o ideal, neste momento, também seria requalificar as máquinas para que aceitassem o pagamento do dia anterior para o dia seguinte. Aparecem muitas pessoas que vêm para Aveiro e que vão para os hotéis, e eu estou convencido que isso ainda não está feito, e que se têm de levantar cedo no dia seguinte para proceder ao pagamento. Se isso pudesse ser feito era ótimo.

Há um descontentamento e contestação geral nas multas que se pagam. As pessoas não contestam a multa, o que contestam é a diferença do momento em que lhes é passada a multa até ao fim do dia. Por exemplo, em Portimão nós somos multados às quinze horas e a multa é das quinze às vinte. Aqui, a qualquer hora que seja emitida a multa é das oito às vinte. Se isso pudesse ser alterado era uma atitude que ficava bem à Câmara.”

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴²

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Sobre a análise detalhada da Comunicação do Presidente não me vou debruçar, visto que os meus colegas de bancada e de coligação já o fizeram e já demonstraram uma coisa muito simples. Há quem veja sempre o copo meio vazio e recusa-se a ver o copo meio cheio. Talvez fosse útil nós consultarmos alguém que nos ajude a ver melhor.

Mais uma vez foi trazido aqui o problema da herança. Eu reafirmo o que já aqui disse, tenho dito publicamente, ao serviço do PSD e da coligação. Esta coligação não renega herança nenhuma, mas a responsabilidade desta coligação, primeiro, tem um limite temporal. E o limite temporal foi o das eleições. Segundo, a responsabilidade desta coligação foi já aferida pelos aveirenses. E, para benefício de todos, para clarificação do problema, o Presidente da Câmara que exercia o seu mandato, inicialmente com o apoio desta coligação e depois sem o apoio desta coligação, resolveu apresentar-se a eleições sem esse apoio e contra esta coligação. E os aveirenses deram uma resposta clara. Disseram que o Sr. Presidente esteve cá mas nós queremos a coligação que, a determinada altura, o apoiou. Foi claríssimo. Esta

chamada constante da herança devia terminar, até porque se nós vamos falar da herança seria bom que nós não nos retivéssemos nos últimos oito anos. Seria bom que fossemos um bocadinho mais atrás para percebermos que heranças é que nós temos por aqui. Eu acho que seria muito interessante fazermos esse exercício.

Depois deixem-me dizer outra coisa. Eu gostaria imenso da atenção ao pormenor da Comunicação do Sr. Presidente da Câmara. Aliás, eu diria que o Sr. Presidente da Câmara tem de começar a contratar alguém da área da linguística, da área da comunicação, etc., porque, Sr. Presidente da Câmara, quando a sua comunicação passa a ser olhada pelos pormenores isso significa, simplesmente, que não há muito a dizer acerca dos conteúdos sérios da comunicação. Acabemos com uma hora de debate acerca de pormenores que não têm importância nenhuma.

Sobre os serviços públicos e sobre a actuação da Câmara no que diz respeito às empresas municipais. É perfeitamente evidente que existem nesta Assembleia diversas posições ideológicas acerca do que são os serviços públicos e de quem os deve providenciar. A posição da coligação que suporta este Executivo é simples. Os Serviços Públicos devem ser executados por quem garanta a máxima eficiência e a melhor qualidade. Nós não temos absolutamente nada contra o facto de privados garantirem serviços públicos desde que, dessa medida, resulte uma poupança de dinheiros públicos e, simultaneamente, e, exponencialmente, um aumento da qualidade dos serviços ou, pelo menos, que não resulte nenhuma deterioração desses mesmos serviços. Esses é que são os pontos para os quais nós temos que olhar. Não é saber se é privado se é público. É saber se os cidadãos ficam bem servidos ou ficam mal servidos. É melhor para o erário público ou é pior para o erário público. Admito que outras pessoas nesta Assembleia pensem de forma diferente. Mas desculpem lá... quem foi eleito para governar a Câmara foi esta coligação que pensa desta forma. Os senhores que pensam de forma diferente e que entendem que este Executivo deve aplicar as suas ideologias na gestão da Câmara só têm uma coisa a fazer que é ganharem as próximas eleições. Se conseguirem, claro.

Sobre o FAM, eu acho que ainda vamos falar muito sobre o FAM hoje. Permitam-me dizer ao Sr. Deputado Jorge Nascimento que eu não tenho a certeza que o anterior Sr. Presidente da Câmara o utilizasse como conselheiro económico. Devia ter utilizado. Talvez hoje não estivéssemos então a discutir aqui a necessidade de recorrer ao FAM como estamos a discutir. Mas ou o Sr. Deputado não foi ouvido ou o Sr. Deputado, na altura, não tinha as preocupações que hoje tem. Mas sobre o FAM em si nós teremos oportunidade de falar mais tarde.

Permitam-me agradecer a duas pessoas, ambas da bancada do Partido Socialista, ao Francisco Picado que eu muito respeito, como sabe, o facto de ter chamado a atenção para o problema do futuro. Todos nós estamos preocupados com o futuro, nós estamos preocupados com o futuro, o Executivo está preocupado com o futuro. Isto é, e depois do FAM o que é que vai acontecer? Obrigado por ter feito uma intervenção, como sempre, ponderada acerca do que devemos discutir. E agradecer à minha estimada amiga Ana Seiça Neves a utilização do ditado popular “casa onde não há pão todos ralham e ninguém tem razão”. Eu chamava a atenção para a necessidade de nós discutirmos os assuntos em vez de estarmos a discutir responsabilidades.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara: [043](#)

“Procurando ser objetivo, não indo às matérias todas por questão de tempo, agradecendo todas as referências que partilharam connosco nesta reflexão.

Primeira instância. O António Moreira falou nesta questão dos sem-abrigo, aliás alguém lá foi quando depois falámos na questão do Rossio, o Paulo Fontes, os problemas de marginalidade no Rossio. É bom que tenhamos cuidado ao falarmos de certos temas e nós

não falaremos na praça pública de certos temas. Não ajuda e nós só fazemos coisas que nos ajudem a resolver os nossos problemas. Aquilo que se fez no edifício do antigo Centro de Saúde Mental de S. Bernardo foi uma operação feita com todo o cuidado, com toda a profundidade e incluindo a gestão de cada um dos cidadãos que marginalmente ali habitavam, trabalhando com as nossas instituições públicas e privadas que sabem da matéria, que os tratam pelo nome, e que têm projetos, nem sempre acolhidos, mas permanentemente desafiados às pessoas em causa para que a sua vida possa ser diferente. Para nós, mudar um problema de sítio nunca é resolver o problema. Mas não nos coibimos de resolver um problema num sítio mesmo que haja algum outro que também lá estava e que mudou de sítio. E a verdade é esta. O problema da marginalidade, das queixas dia sim, dia sim, da população residente naquele edifício, acabou. Acabou mesmo. As pessoas que frequentam o Centro de Prestação de Cuidados Médicos, da maior importância e que lá continua a funcionar, num edifício que fica do lado de trás, já lá podem ir com segurança, de forma tranquila que não são molestados nem por cidadãos que gostam de molestar os outros, nem por animais vadios que, por força da sua própria natureza, molestem os cidadãos que passam por perto. Este trabalho foi feito, mas devo-vos dizer que já foi o terceiro edifício que emparedámos, já foi o terceiro edifício onde já não moram pessoas marginalmente. E o quarto já tem o seu processo concursal em curso e foi citado por si mas não o vou referenciar porque a operação exige recato. Este é o trabalho que estamos a fazer mas não é um trabalho de emparedar edifícios porque são mais bonitos emparedados. Não. Este é um processo de resolver problemas graves que alguns edifícios públicos, também temos privados, provocam nos cidadãos que vivem por perto, sabendo que, ao mesmo tempo, há trabalho social em relação a este tipo de cidadãos que tem de ser cuidado e que também envolve a Polícia de Segurança Pública porque também estamos a falar, nalguns casos, de marginalidade mesmo. São operações com delicadeza que nós estamos a desenvolver e não estamos a expulsar ninguém de lado nenhum. Somos seres humanos que respeitam os nossos iguais, aqueles que são seres humanos como nós. Portanto, rejeitar liminarmente essa sua coisa de andarmos a expulsar sem-abrigos, seja de onde for. Negativo. Sabemos o nome de cada um, trabalhos no projeto de cada um. Mas ouça, há outros projetos que outros têm para eles próprios nas redes que alguns deles também estão intimamente ligados. Se quiser saber pormenores, fora da praça pública, terei o maior gosto, eu e o Vereador Jorge Campino, que é quem lida diretamente com esta matéria, para o ajudar a entender. E se tiver alguma ideia concreta e objetiva para trabalhar esta matéria temos o maior gosto.

Sobre o Estádio falaremos um dia destes. Sobre o painel que lá caiu em auto-ruptura e sobre os painéis que removemos porque estavam em iminente ruptura. Todos aqueles que lá vão praticar futebol, ver jogar à bola, ter aulas ou fazer tantas outras coisas, está a segurança deles garantida, mas que há ocorrências inenarráveis, inadmissíveis, da gestão daquela obra desde que terminou, é verdade. E um dia destes, proximamente, porque é um trabalho muito complexo, estamos a acabá-lo, vamos comunicá-lo com todo o rigor. O Estádio é, de facto, um péssimo exemplo de uma obra pública aceite numa situação inadmissível. Mas tranquilo. Não vale a pena meter medo às pessoas. É bom ir ao Estádio. Vamos lá. Embora em relação aos alunos há outros problemas muito complexos, muito delicados, estamos também a trabalhar para os resolver, por coisas que também não se devem saber na praça pública hoje. Estamos a lutar para resolver os problemas graves desses mesmos alunos com toda a seriedade e com toda a dedicação, mas não vamos fazer chafurdice na praça pública porque isso não ajuda a resolver os problemas.

Quanto à Escola da Vera Cruz não ter uma solução final, não é verdade. Já tem uma solução final. Estão todos os problemas resolvidos com o empreiteiro, os mil problemas resolvidos com o empreiteiro. A obra está agora finalmente em franca execução para chegarmos ao fim do presente ano letivo e termos uma escola que entre em parque no próximo ano letivo, e que desativa a escola provisória que se montou e que é paga pelo mesmo empreiteiro, o interesse

de a desactivar é dele mesmo, embora todas as condições estejam devidamente acauteladas. Tomáramos nós que algumas escolas nossas tivessem tão boas condições como as que tem a escola provisória da Vera Cruz instalada na zona sul da Escola João Afonso de Aveiro.

Em relação às finanças e ao FAM, falar muito pouco e apenas para dizer o seguinte. Não vale a pena a agitação mentirosa sobre esta matéria. As coisas vão ser o que vão ser e as coisas na lei são o que são. Andar a agitar fantasmas, a mentir, a dizer que vamos ter que aumentar taxas, tarifas da água, etc., não é verdade. Ponto final parágrafo. Hoje não disseram, mas já o disseram noutras vezes, que temos que despedir pessoas, que somos obrigados a despedir. Não é verdade. As coisas são o que são na lei mas depois são o que são no nosso Município. E, de facto, a única obrigação que temos para cumprir é a obrigação de aumentar o IMI, que não vai ser de zero cinco no ano de dois mil e quinze, é mais um erro do Partido Socialista por mais que vocês gostassem que fosse assim. Além do mais, falta vir a nossa proposta, portanto, há aqui algum exercício tipo Zandinga que terá o mesmo sucesso que o próprio Zandinga teve. Não vale a pena estar hoje a dizer uma coisa que ainda nem sequer está escrita em lado nenhum, mas dar-vos já nota que essa não vai ser a realidade de dois mil e quinze. Deixar claro que mal tratados os aveirenses, a pagar demais certa tipologia de serviços, andam há vinte e há trinta anos. Façam só as contas de quanto é que um aveirense paga a mais pela água nos últimos trinta anos. Façam só as contas, comparando com os municípios vizinhos ou com municípios análogos ao nosso em dimensão populacional, por exemplo, ou comparem quanto é que os vizinhos do nosso município, nos últimos não chega aos vinte anos, é um bocadinho menos porque a taxa tem um bocadinho menos de idade, pagam de resíduos sólidos urbanos. Vão ver o quão inacreditável é a conta muito mais pesada do munícipe aveirense em relação a um outro munícipe dos Municípios da nossa Região de Aveiro ou de outras zonas do país análogas à nossa. De facto, Aveiro tem a água mais cara da Região de Aveiro há vinte e cinco anos. De facto, os nossos concidadãos pagam uma taxa de resíduos sólidos que é, em média, três a quatro vezes superior à taxa que pagam os outros Município há quinze anos. Portanto, não vale a pena estarmos aqui com coisas porque as coisas não são, de facto, aquilo que a demagogia política quer que elas sejam. Mais, os munícipes de Aveiro são os únicos que pagam taxa de Protecção Civil. Mais nenhum outro munícipe dos outros Municípios da Região de Aveiro paga taxa de Protecção Civil. Os nossos pagam e pagam pesado porque ela é pesada. Ou os nossos turistas que a Câmara anterior quis que fossem os únicos da Região a pagarem taxa turística na hotelaria, ridiculamente porque é palco de anedota em cada venda de bilhete para quem quer fazer um passeio marítimo-turístico, como toda a gente, seguramente, já presenciou ou, pelo menos, já ouviu a história contada por alguém.

Portanto, as coisas são o que são, vão ser aquilo que vai ser o cumprimento da lei e um programa de ajustamento municipal global e completo que tem, já repeti isto umas dez vezes ao Partido Socialista, repetiremos as que forem necessárias, a tal visão global e as respostas para o desenvolvimento na estrita lógica da gestão da despesa e da receita, mas com uma estratégia que, além do mais, está escrita. Foi o programa eleitoral que foi escolhido há um ano e que é um compromisso que honraremos com lealdade até aos últimos dias do nosso trabalho. É desta forma que a matéria está a ser tratada e vai continuar a ser tratada.

Uma nota apenas em relação a algo que disse o Francisco Picado que é a questão da dívida. A sua análise está incorreta, não aquilo que disse, isso não está incorreto, mas o termo de comparação. As contas do balanço têm, obviamente, já incorporadas as despesas dos Serviços Municipalizados. Lembrar que a despesa anual dos Serviços Municipalizados é de quatro milhões de euros. Agora vai ser preciso um cuidado acrescido quando compararmos os números da Câmara porque os números da Câmara, desde um de maio, têm uma despesa nova, uma despesa pesada, que era a que era gerida nos Serviços Municipalizados. O que também é verdade em relação à receita, como é óbvio, embora aí bem menos relevante. Aliás, estava-me a lembrar o Vereador Jorge Campino, nas interações com a DGAL uma das

perguntas para a discussão do valor da antecipação, uma das perguntas escritas da DGAL, lá iremos quando vier cá o processo, foi «esta Câmara não precisa de apoio financeiro». Essa Câmara devia estar a aumentar a dívida e está a reduzir a dívida. Se está a reduzir a dívida não precisa de apoio, está no caminho certo. Uma das questões está escrita pelos técnicos da DGAL. Esse é o caminho que estamos a fazer desde que cá chegámos, em outubro passado. As coisas são o que são e não aquilo que a demagogia política de alguns quer que sejam. Mas não há hipótese e lá iremos com o rigor absoluto de quem fala verdade com a prova matemática daquilo que se está a dizer por nós e aquilo que é dito pelos outros.

Por isso, Dr. Marques Pereira, não vale a pena seguir esse caminho que o Partido Socialista também fez na Câmara. Esses números não são exactamente verdadeiros. Isto de termos que ir ao FAM, de termos os tais três vírgula seis de desequilíbrio entre a dívida e a receita, às tantas não é bem assim. Não vale a pena. Não acreditam em nós, paciência. Ligam à DGAL, vão ao portal da DGAL, vão às contas que já aprovámos na Câmara e na Assembleia Municipal e esqueçam o que a gente diz. Esqueçam. Está lá tudo. A Câmara de Aveiro é obrigada a ir ao FAM quer queira quer não. Nós vamos obrigados, mas vamos com gosto. Porquê? Porque este é o instrumento que o país nos disponibilizou para resolvermos este problema. Porque na banca e na lei os instrumentos que temos, ou que tínhamos, não eram capazes de resolver esta situação. Finalmente houve um Governo que deixou de falar mentira, que andou a alimentar planos de saneamento financeiro falsos, que andou a fechar os olhos a câmaras municipais que estavam em recuperação da treta, e arranjou um mecanismo legal sério, rigoroso, que garante, também, aos outros municípios que vão pagar, que vão emprestar a nós para tratarmos da nossa grave doença, que garanta a esses municípios, por exemplo aos onze da região de Aveiro, ou melhor, são só dez, que o seu dinheiro vai ser bem aplicado nas câmaras que foram mal geridas e que por terem sido mal geridas precisam da ajuda deles para resolver este problema.

Esta é a lógica objetiva daquilo que estamos a fazer e daquilo que vamos fazer a bem da nação, a bem dos Aveirenses, pela nossa população, porque é para isso que estamos aqui. Isto de estar a tomar medidas contra a população e não sei o quê, isso não é connosco. Agora, que temos um problema, temos. Que os Aveirenses têm sido mal tratados em muitas coisas, têm. Por exemplo, queremos acabar com a taxa de Protecção Civil. Porquê? Porque ela está paga no IMI. Nós pagamos duas vezes o serviço da Protecção Civil. Ela está paga no IMI. É da natureza do imposto pagar a urbanidade e a Protecção Civil — é uma das notas da urbanidade. Em Aveiro paga-se duas vezes a Protecção Civil e paga-se pesado.

Queremos baixar a Taxa dos Resíduos, absolutamente. Mas para isso precisamos de baixar o custo do nosso serviço que é um dos mais caros do país.

Nalgum tempo era fino termos limpeza de Resíduos Sólidos de todo o tipo e feitio. Nalgum tempo tínhamos dinheiro para tudo agora não temos. É um luxo. Comparem, mas façam essa análise mesmo. O caderno de encargos do serviço de Resíduos Sólidos Urbanos do Município de Aveiro com o caderno de encargos renegociado dos dois municípios que o fizeram, que foram os últimos, Águeda e Estarreja. Comparem!

Qual é a lógica? Baixarmos o custo do nosso serviço para abaixarmos o custo da tarifa que paga este serviço.

Não é admissível. Nós não admitimos que os nossos concidadãos paguem três, quatro vezes aquilo que os outros pagam pelo mesmíssimo serviço e tenhamos serviços que não servem para nada, são absolutamente luxos de quem é mal governado. Não de quem é rico, em regra quem é rico é bem governado. Nós queremos acabar com os luxos de quem é mal governado.

Dr. Jorge Nascimento, não vale a pena dizer aquilo que V. Exa. sabe que não é verdade! Estamos ao seu dispor. Eu e alguns dos nossos Vereadores já temos reunido com investidores do nosso município, investidores estrangeiros, investidores nacionais de outros municípios, ninguém está interessado em comprar terreno nenhum.

Mas saiba V. Exa. da nossa absoluta disponibilidade para recebermos aqueles que nos trouxer e que estejam interessados em comprar um terreninho, dois terreninhos.

Não vamos vender a Casa Major Pessoa, claro e cristalino!? Nós não vamos alienar o nosso Município, nós não vamos alienar os valores do nosso Município. Agora, terrenos temos para alienar com fartura. A toda a gente que nos vem cobrar dívidas ou penhoras nós dizemos que podemos pagar em género. Mas o senhor que é advogado, o senhor que anda no mundo real, já viu alguém que quer receber uma dívida em género? Você está a ver algum investidor imobiliário interessado em comprar aí terrenos para fazer empreendimentos ou para ter o dinheiro seguro num terreno?

Sr. Dr. infelizmente, repito a palavra, infelizmente, isso não existe. Mas se o meu amigo encontrar um que seja faça favor de o encaminhar, de vir com ele, de o mandar sozinho, que é prioridade nossa, da nossa agenda, de nós todos, receber essa pessoa, ouvi-lo e lançar depois o procedimento de venda porque temos de cumprir as regras. Mas de acordo, há uma perspectiva de compra. Estamos empenhadíssimos nisto. Agora, ouça. Não faça é aquele exercício da outra vez quando estava-mos a discutir o Plano e Orçamento, que tínhamos uma verba exagerada, verdadeiramente exagerada, de previsão de venda de património e o senhor disse “isto é irreal”. Mas o Senhor na altura tinha razão. Como todos bem sabemos assumiu cá com toda a verdade. Mas Sr. Dr. o mundo não mudou e o irrealismo daquilo que nós fizemos, assumidamente, no nosso Orçamento, em dezembro, hoje é tão irreal como era na altura. O mundo em que vivemos é este.

Isto era muito mais fácil se pudéssemos gerir a nossa Câmara como ela foi gerida durante anos e anos. Comprar barato e vender caro. Só que além de não podermos vender mesmo que barato, ainda fizemos o disparate inacreditável de comprar caro — como o célebre terreno inenarrável de um milhão de euros em Requeixo!?

Ou como uma renda absolutamente absurda, estupidamente absurda, de vinte e um mil euros mês por um armazém, onde pusemos ao lixo três vírgula três milhões de euros porque a senhora Câmara não conseguiu executar uma boa permuta que estava contratualizada.

E a permuta era, por piada, em géneros — e Vexa conhece bem o dossier até porque defendeu como advogado a empresa em causa.

Em relação à atração de investidores eu devo-vos dizer que esse é um trabalho que estamos a fazer, muito intensamente, com uma reação globalmente muito positiva e com boas notícias. Estejam atentos. Deem uma volta. Vejam que temos investimento privado de milhões de euros a começar a acontecer no nosso Município.

Pagaram as taxas todinhas, ali. Havia compromissos de isenção não honrámos nenhum. Estão a andar. Empresas importantíssimas. Mas as empresas irão falar dos seus investimentos, não vamos ser nós por uma questão de elegância institucional.

Mas passem, deem uma volta. Estão desde o centro da cidade até à periferia. Estão aos olhos de toda a gente.

Em relação aos turistas deixar claro que aquilo que o Ernesto Barros disse. E agradeço a referência. O nosso novo Regulamento vai à Câmara quarta-feira e cá virá numa reunião extraordinária que vamos solicitar ao nosso Presidente e acaba com a taxa turística e acaba também com a falta de rigor na cobrança da actual taxa.

Porque há um procedimento de incumprimento basicamente institucionalizado pelo próprio modelo que a Câmara criou. Um modelo novo vai permitir uma vida tranquila a toda a gente. Acabamos com a taxa turística. As empresas pagam o que têm de pagar pelo seu lugar e fazem a sua gestão, esperemos que bem, e vamos acompanhá-los mais de perto.

Não estamos de acordo em relação ao “animal” que estava a flutuar. A nossa tese é que se trata da área de jurisdição da Agência Portuguesa do Ambiente e cabe-lhes a eles resolver o problema. Não é a Protecção Civil Municipal que tem que resolver.

Quem recolhe a taxa (que todos pagamos) dos utilizadores e dos proprietários da zona de domínio público hídrico, e vão sendo cerca de trezentos e cinquenta a quatrocentos mil euros por ano (não é pouco dinheiro), deve fazer o trabalho de gestão mínimo.

O problema é que a Agência Portuguesa do Ambiente nem o mínimo faz. E portanto, entrou-se naquela cena inenarrável.

E nós usámos uma componente da nossa Protecção Civil, que foram os nossos próprios meios e os meios de uma das nossas organizações de bombeiros, para removermos o animal — ferindo a lei porque não era nossa responsabilidade.

Dr. Filipe Neto Brandão não vale a pena!? Eu sei que Vexa gosta da literatura e da filosofia dialéctica. Não tenho nada contra. Mas os “nomes aos bois” — já agora fico eu na minha terminologia mais zootécnica dada a minha formação académica. Independentemente, até na literatura, o “Coelho” dá jeito ao artista. Nós, no país, estamos tão habituados às coisas notáveis que “os Coelhoos” fazem de algumas diabruras, seja na governação da nação, seja na eleição do novo candidato a primeiro-ministro do Partido Socialista.

Deixe a rapaziada fazer aquilo que bem entende, usar o nome que bem entende e sigamos para a substância das matérias como bem lembrou o Prof. Henrique Diz.

Que a Alice se dê bem com o Coelho e o Coelho com a Alice, e nós todos com a Alice e o Coelho para seguirmos a fazer coisas positivas e importantes em prol do nosso Município.

Em relação ao balanço das dez medidas urgentes deixar só uma nota, com todo o respeito pela dialéctica que cada um assume.

Aquilo está escrito, está dito, foi assumido. Foi um compromisso de dar prioridade de fazer coisas. Não está escrito em lado nenhum. É uma invenção de quem tenta provocar avaliações erróneas que a matéria substantiva de cada uma daquelas dez coisas estava absolutamente cumprida em dez meses. Não vale a pena. O texto é o texto, fomos nós que o discutimos, fomos nós que o aprovámos, a redacção final é minha. Enfim, que agora se dê para olhar para aquilo, inspirados na Alice e no coelho ou numa outra dialéctica qualquer (e vale tudo), mas não vale adulterar aquilo que escrevemos.

Aquilo que escrevemos são objectivos claros, que se prosseguiram, que se concretizaram, mas nunca passou pela cabeça de ninguém até porque temos juízo e conhecemos a realidade, de ter a execução física de todos aqueles dez objectivos dentro dos dez meses.

Mas devo dizer que é nossa profunda convicção que essa não era a perspectiva de ninguém que leu o programa. Compreendo que a alguém que interesse antecipar falhanços possa agora tentar forçar resultados bem longe daquilo que é o resultado que interessa a toda a gente.

É verdade aquilo que disseram o Presidente Vítor Martins e a Presidente Ângela Almeida, Susana Esteves, entre outros, é que, de facto, há uma série de intervenções que estão a decorrer.

É bom lembrar que a esmagadora maioria das obras que estamos a fazer, e são muitas, estão-se a fazer em primeiro lugar por motivos de natureza financeira. Há uma outra que a gente não gosta tanto, há uma que detestamos, como diria o nosso Presidente “a anaconda”, mas em primeiro lugar estamos a fazê-las por motivos financeiros porque não fazer tinha um custo brutalmente superior. Com o inconveniente de pagarmos por nada. E nós preferimos pagar um bocado mais, e vamos pagar muito mais pela Escola da Vera Cruz de asneiras, de omissões de projetos, etc., vai custar mais meio milhão de euros.

Mas faz sentido nós deixarmos a Escola acabar, que custa um milhão ou um vírgula três milhões, mal, cheia de erros, cheia de problemas, numa cantina onde só podiam almoçar trinta crianças numa escola que vai ter duzentas e cinquenta? Não. Seria um atentado à nossa consciência e à nossa opção de gerir bem. E portanto, tomámos a decisão. A obra vai custar mais meio milhão de euros, mas tudo quanto era “asneirada” está corrigido. Mas temos que pagar. É esta opção que preside às muitas obras deixadas.

Dar uma boa nota no que respeita à USF de Esgueira. Ainda há questões a ver em termos de projeto, porque alguns destes projetos foram feitos de forma absolutamente superficial — para não usar nenhuma palavra mais grave.

Foi a primeira vez que tivemos um visto expresso do Tribunal de Contas. Temos tido muitos vistos tácitos, mas tivemos um visto expresso. O que quer dizer que o Tribunal de Contas validou de forma expressa o modo como estamos a gerir as opções financeiras e a aproximação ao cumprimento da Lei dos Compromissos, etc., etc., etc.

O que foi um acto muito importante. Nós próprios estava-mos a precisar dele. Para termos a noção de uma entidade com a importância do Tribunal de Contas, se na perspectiva deles estamos no bom caminho ou não estamos. É um acto que nós precisávamos. Estava-nos a fazer falta. Não o pedimos, obviamente. O Tribunal deu-nos o visto expresso, não foi um visto tácito, como foi em todos os outros processos nos quais tivemos vistos tácitos.

Eu espero que as nossas últimas dificuldades na ligação à A25 nas Agrads estejam por dias, porque é de facto uma telenovela.

Um dia, numa conversa não pública porque nunca revelarei a verdade toda sobre aquele inacreditável processo onde a nossa Câmara fez das maiores diabruras, nunca revelarei em público porque isso prejudicaria gravemente o nosso Município e os interesses dos nossos cidadãos. Mas tenho a responsabilidade para com os autarcas que comigo governam de partilhar as questões que não se podem escrever, que não se devem dizer, em boa defesa daquilo que nos interessa que é o bom serviço aos nossos cidadãos e àqueles que não o sendo, usam a nossa cidade para fazerem algumas coisas que são importantes para a sua vida.

A Dra. Ana Maria fez a observação em relação às BUGAs na Costa Nova. Não vou ser extenso. Ainda hoje passei por uma a meio caminho entre a Gafanha da Encarnação e a Gafanha da Nazaré. É um facto. No processo de relançamento da BUGA que está a correr muito bem, esperemos ter as nossas decisões finais proximamente. Decisões finais que já estão a envolver a componente financeira, já não é só o modelo conceptual.

Estamos a tratar isto com os nossos parceiros e que é: será que a BUGA tem que ser proibida de circular fora? Nomeadamente em circuitos que são óbvios e que têm ligação íntima ao nosso Município.

Será que é sensata uma proibição administrativa quando o nosso cliente BUGA quer ir dar uma volta até Albergaria-a-Velha, até Ílhavo ou até à Sra. de Vagos? Será que isso é sensato? A nossa reacção primária é não, isso não é sensato.

Das várias coisas da reforma profunda do relançamento da operação BUGA essa é uma delas. Quando a maturarmos, porque obviamente ainda não estamos na fase da maturação, teremos que a trabalhar com os nossos colegas autarcas dos municípios, pelo menos, aqueles que nos tocam ou nos quais nós tocamos e que são bastantes.

Paulo Fontes, duas ou três notas. A primeira para realçar que os problemas do Rossio, que evidenciou alguns deles, são problemas muito complexos onde a marginalidade e as redes criminosas estão lá a operar.

O trabalho que estamos a fazer envolve a PSP e quem tem que combater a marginalidade não é a Câmara é a nossa autoridade policial. Dizer-vos apenas que devemos dar o testemunho do interesse, da disponibilidade, do estudo, da parceria institucional total da nossa PSP, mas estamos a falar de matéria pesada, estamos a falar de matéria em que o nosso trabalho tem que ser de pressão institucional, de diligência, mas que a esfera de atuação está num outro patamar.

Estamos a falar, nalguns casos, de redes de grande complexidade e competência no seu ramo. Às vezes descoramos a competência de algumas pessoas nos seus ramos. Tomei boa nota de tudo e gostei, particularmente, de uma questão que vai ser falada muito nos próximos dias e que são os nossos estudantes da Universidade que vão começar a ser finalmente cidadãos como nós, de viverem e de se divertirem nas suas festas principais, dentro da sua

cidade que tanto e tanto tem que agradecer aos nossos estudantes que, além dos três milhões, deixam cá muitas mais coisas. São muito importantes.

Se alguns de nós dormirmos um bocado pior numa ou noutra noite que seja isso também um gesto de agradecimento à nossa Universidade e aos nossos estudantes que nos dão tantas e tantas coisas boas, muitas delas materiais, absolutamente materiais, para termos emprego, para termos mais riqueza, para termos mais coisas que dão notoriedade à nossa terra.

Quanto ao ar. A única coisa daquele relatório é que só fala em três municípios que são os três únicos que têm medidor de qualidade do ar.

Se já repararam, todos os anos, por altura da transição do verão para o outono e na altura do pico do verão lá vêm as mesmas notícias. Ozono no verão, poeiras nesta altura. É um clássico.

Tem a penas a ver que nós temos medidores e os outros municípios não têm medidores.

Que há questões que têm que ser ponderadas, sim. Geridas, sim. Não é um problema do nosso Município é apenas aquilo que os medidores que aqui temos dizem e que os outros não têm e não dizem.

Uma das questões que disse e bem em relação por exemplo às concentrações de circulação rodoviária tem que ser gerida também por este motivo, é essencial. Nós muitas vezes só nos preocupamos com a fluidez e há valores ambientais.

Estamos a tratar do escaravelho em várias frentes. Tivemos uma primeira fase e vamos agora iniciar a segunda, porque as nossas palmeiras estão em risco.

É uma operação objetiva da vida das nossas palmeiras, nomeadamente as que estão no Rossio.

Repito, já houve uma primeira intervenção e agora vai haver uma segunda intervenção para cuidarmos da sua preservação e queremos muito preservá-las.

Ao João Barbosa só dar nota que tomei nota de tudo. O novo regulamento não tem cá esperas de almoço. Tem é a possibilidade dos nossos restaurantes oferecerem o estacionamento aos seus clientes. É um pequeno valor. Tem outros mecanismos para as instituições poderem aceder. Há avenças muito baratas. Está tudo em vigor.

Borlas de leitura linear, foi isso que nos levou, em boa parte, ao estado em que estamos de destruição da nossa receita. Vamos continuar a gerir esta operação de forma equilibrada na relação da despesa com a receita. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa⁰⁴⁴

Vogal Jorge Nascimento (CDS)⁰⁴⁵

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁶

PONTO 2. - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DE REQUEIXO, N.ª SR.ª DE FÁTIMA E NARIZ (TRANSPORTES).

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública realizada em 03/09/2014, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁴⁷ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁸

“Este é um acto simples, enfim, é um acto que a lei obriga, até porque queremos pagar à Junta de Freguesia de Requeixo Fátima e Nariz e portanto é preciso esta deliberação, para honrarmos, enfim, um compromisso com a nossa Junta de Freguesia que a Freguesia assumiu com os pais. Que foi claramente assumido. Depois de um trabalho de qualificação da operação que era uma operação completamente marginal, ilegal, com problemas a vários níveis, nomeadamente a segurança do veículo utilizado. Essa reforma fizemo-la logo na altura do natal do ano passado e agora é preciso por as contas em ordem.

Dar nota que, enfim, aproveito este ensejo para dar nota do que é que fizemos para que estas crianças continuem a ter serviço para irem e voltarem às suas escolas.

Ajustámos duas carreiras da nossa empresa a MoveAveiro para que a carreira dos transportes públicos regulares possa cumprir esse serviço. A mesma coisa que para o nosso Presidente de Junta de Eixo e Eirol. É a mesma tipologia de coisa.

O ideal era nós termos transportes escolares cem por cento dedicados aos nossos alunos. Sim, claramente sim. Há dinheiro para pagar isso? Uma população como a nossa quantidade de utentes com a nossa área tem capacidade para fazer isso? Não tem. Como é que fazemos nós? E como é que fazem a esmagadora maioria dos municípios portugueses, fazem isto mesmo. Sobrepões as carreiras dos serviços que fazem transportes escolares às carreiras do transporte público normal.

Obviamente que as condições de segurança e de qualidade da operação são totais e absolutas. E em resposta à sua pergunta de há uma travagem brusca, causa acidente nalguma criança, é exatamente a mesma se o autocarro for de transporte dedicado ou for transporte publico normal que também faz transporte escolar. Portanto os acidentes como toda a gente sabe são acidentes. E quando há um acidente há uma análise de responsabilidade e portanto é à entidade a quem se afeta a responsabilidade quem paga os danos. Às vezes não há dinheiro que pague alguns danos mas isso é outra dimensão da própria vida que nós vivemos com risco. A vida é uma vida com risco.

Agora, os nossos transportes públicos normais, tem o mais elevado índice de qualidade. Têm profissionais devidamente habilitados e formados para gerirem o seu autocarro, o autocarro que está nas suas mãos, com todas as garantias de segurança. Segurança de, digamos passiva, aquilo que se passa dentro do autocarro e segurança rodoviária naquilo que é a relação do autocarro com o arruamento em questão.

Portanto é assim que nós temos este processo a ser trabalhado. Enfim, na certeza de que um dia podemos ter melhor condição financeira e também das questões futuras de concentração da comunidade educativa poderem vir a determinar que possamos ter algumas linhas de transporte público que possam ter dedicação exclusiva aos transportes escolares. Podemos vir a ter isso.

Mas essa questão tem de ser devidamente verificada para ter sustentabilidade financeira. Relembro que a nossa MoveAveiro nos últimos dez anos deu por ano um prejuízo de cerca de dois vírgula dois milhões de euros. Não há sustentabilidade possível para uma operação deste género e portanto daí a racionalização financeira que também estamos a fazer.

No caso específico aproveitei a talho de foice esta matéria. A proposta é tão só aprovarmos um ato administrativo para que substantivamente paguemos a dívida à Junta de Freguesia de Requeixo, Fátima e Nariz. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal António Moreira (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴⁹

“Fazer apenas nota que esta votação tem de ser votado e ser aprovado. Isto é resultado de um conjunto de políticas tomadas e de rumo que queremos para a nossa educação,

descentralização e desconcentração e de isolamento das nossas crianças obrigando-os a grandes deslocações. E portanto isto era perfeitamente evitável dentro da nossa política de rede de acesso às escolas. Nós temos vindo a avisar sobre isto e as consequências começam a vir ao de cima. Disse.”

Vogal Rita Batista (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁵⁰

“Senhor Presidente, esta situação mostra como o encerramento de escolas isola as populações, torna as populações dependentes e como mostra esta proposta não representa sequer um ganho económico. Para o Bloco de Esquerda a escola pública, universal e gratuita, constitui um direito para todos os cidadãos e é por este direito constitucional que nos continuaremos a bater.

Não só se isolam as populações como não se lhes facultam o acesso a serviços públicos. Esta situação vem também demonstrar da vital importância de uma rede de transportes públicos, neste âmbito transportes escolares, para garantir que não há municípios de primeira e municípios de segunda.

Esta situação demonstra como existe uma passagem de responsabilidades e competências para as câmaras e para a juntas de freguesia, sem existir a correspondente transferência de cabimento orçamental para essas competências.

O Bloco de Esquerda defende a subsidiariedade. A questão é que ela só existe se houver a correspondente transferência de verbas. Caso contrário constitui mais um ataque aos serviços públicos através da suborçamentação.

Apesar de necessária, face ao contexto, é uma medida frágil. O que acontece se nos próximos anos a autarquia decide não financiar este tipo de medidas? A prejudicada é a população. Daí a exigência da integração orçamental deste serviço. Falamos de serviços públicos portanto deve ter o cabimento orçamental. O Bloco de Esquerda defende a escola pública de proximidade e isso tem de começar a sua integração numa rede de transportes escolares.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰⁵¹

Vogal Antero Marques Santos (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁵²

“Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Caros Colegas. O executivo da Junta de Freguesia de Requeixo, N.S.ª Fátima, Nariz, congratula-se com a deliberação favorável na Câmara Municipal de Aveiro, no seu apoio em matéria de educação escolar, nomeadamente na sua colaboração com o transporte escolar para Requeixo.

Recorde-se que até à data de 31 de Dezembro de 2013 estava em vigor o protocolo de delegação de competências na educação para gestão de pessoal não docente e o transporte escolar do estabelecimento de ensino de Requeixo, celebrado entre a extinta freguesia de Requeixo e o anterior executivo da Câmara Municipal de Aveiro, tendo aquele sido escrupulosamente cumprido pelo atual executivo.

Por iniciativa desta Junta de Freguesia, para não perturbar o normal funcionamento de atual ano letivo de Janeiro a Julho de 2014, solicitou-se a continuidade, nos termos instituídos naquele protocolo de delegação de competências até ao final do ano letivo, ao que a Câmara Municipal de Aveiro deliberou favoravelmente prolongar a sua vigência, nomeadamente continuar a assegurar o transporte escolar das crianças gratuitamente.

Este ano letivo 2014/2015, mais uma vez a Câmara Municipal de Aveiro colaborou com esta autarquia no que respeita a educação escolar disponibilizando e assegurando transporte escolar das crianças para o estabelecimento de ensino de Requeixo, para os encarregados de educação que assim o quiseram dentro das condições possíveis atuais.

Deste modo louvamos a atuação da Câmara Municipal de Aveiro, agradecendo publicamente a colaboração manifestada para com esta freguesia. Tenho dito.”

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁵³

“Eu pedi a palavra apenas para nesta matéria, como vamos pronunciarmos sobre um acto concreto da proposta camarária apresentada à Assembleia Municipal, não terei grandes considerando da teoria geral sobre o transporte escolar.

Mas relativamente ao transporte escolar, senhor Presidente, peço apenas atenção numa questão quando à pouco referia em resposta ao Senhor Presidente de Junta de Eixo/Eirol, a questão da segurança passiva seria equivalente.

Eu julgo ter percebido, o senhor presidente obviamente poderá explicar, a questão que terá sido colocada prendesse exatamente com a insuficiência da segurança passiva no transporte em causa. Segundo julgo ter percebido, as crianças estão a ser transportadas sem cinto de segurança e algumas inclusive excedendo a lotação dos lugares sentados.

Portanto concordo consigo em que a segurança passiva quer por um meio quer por outro seja equivalente, a questão é outra. Neste caso concreto aparentemente as questões de segurança passiva se colocarão efetivamente.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁴

“Muito obrigado, muito obrigado a todos. Ao António Moreira e à Rita Batista dizer-vos o seguinte: as opções dos últimos governos naquilo que respeitou à diminuição do número de escolas e à concentração da comunidade educativa em menos edifícios foi uma decisão feita em liberdade condicionada pela opção dos cidadãos. Não há volta a dar. Quando se olhou para o território e começou-se a ver as centenas e centenas de escolas que tínhamos com quatro alunos, com seis alunos, com doze alunos e, depois, olhar para aquilo que os especialistas explicam de que dimensões escolares deste tipo são altamente negativas para a formação integral destas crianças levou os governos, bem, a optarem por processos de concentração. É evidente depois podemos achar que no município A se concentrou demais e no município B menos, pois com certeza, tudo bem.

Agora a ideia global de que onde haja uma criança tem de haver uma escola não é possível, não faz sentido, mesmo esquecendo todas as questões de natureza financeira, as questões da formação da qualidade daquela criança na componente estritamente letiva, mas também na componente cívica, que obviamente a escola nestas idades do primeiro ciclo tem uma importância capitalíssima como todos temos boa experiência. E portanto as opções são dos cidadãos. Nós hoje quando ouvimos discursos demagógicos sobre o interior e não sei quê do interior, não há gente, não há investimento e não sei o quê, a questão é que as pessoas não querem viver em certos sítios. Querem viver noutros sítios. É evidente, ok, os governos poderiam ter feito diferente. Como é que se segura um Tribunal ou uma Escola? Seguram-se se houver emprego, se houver investimento privado, indústrias, etc. Há emprego há pessoas. Há pessoas os serviços públicos têm justificação. Não há emprego as pessoas saem para onde há emprego. Normalmente dentro país e depois há momentos da nossa história em que saem para fora do país.

Portanto estes processos têm em primeiro lugar a opção de vida dos cidadãos. Isto para dar nota que da minha discordância, portanto era evitável, está tudo errado. Não, não era nada evitável, não está tudo errado. E portanto, mesmo fechar uma escola mesmo de vinte alunos em que na mesma sala se dão os quatro anos, em termos pedagógicos está provadíssimo, por mais que as questões da ciência pedagógica seja discutível, tudo é discutível, que não é benéfico para a formação das crianças.

Agora, obviamente, e na tal lógica de procurarmos dar o melhor a todos, pronto aí lá temos de ir buscar operações com qualidade e transportes, etc, para que haja uma oferta, enfim o mais possível, a igualdade absoluta não existe, não existe em lado nenhum, mas obviamente

podemos aproximar aquilo que é a oferta pública. E está a falar com alguém social-democrata, da ala direita do Partido Social Democrata, mas dizer-lhe que sou absoluto defensor da escola pública, que acho que em Portugal tem de ser muito melhor tratada. A minha opção de escola pública é absoluta e queremos uma escola pública com muita qualidade e que seja exemplo para outras escolas privadas que também queremos que tenha muita qualidade. Mas escola pública sempre, com certeza.

Agora, lá voltamos ao mesmo. É preciso qualidade integral. É preciso sustentabilidade financeira. Não vale a pena fazermos um exercício diferente desse porque ele de facto não é praticar na vida das pessoas e de todos nós.

Dr. Jorge Nascimento obrigado por me ter feito já metade da resposta, portanto não vou repetir a meia resposta que deu minha. Agradeço-lhe a ajuda para poupar aqui um bocadinho do meu tempo. Mas dizer-lhe o seguinte: este processo é um processo de cumprimento do compromisso como disse o Presidente Antero, que lhe agradeço o testemunho e os outros presidentes também podem testemunhar. Não há falhas. Aquilo que aconteceu no ano letivo passado e que vai acontecer neste depois de termos todos os mecanismos a funcionar é que o cumprimento das transferências financeiras destes contratos é ao dia. Não há falhas. Não pode haver falhas para não haver atrasos. E assim vai ser nos protocolos novos que estamos a trabalhar. Nós e as Juntas de Freguesia que esperamos terem todas as condições para estarem em vigor no início de 2015. Aquilo que vamos escrever, as verbas que vamos colocar, são aquelas que somos capazes de pagar.

Vão acabar as dívidas da Câmara às Juntas de Freguesia, que são muitas! E também é pelo FAM que as vamos resolver.

E de facto eu não conheço no país mais uma Câmara que deva tanto dinheiro às Juntas de Freguesia!? Não conheço.

E sou, como sabem, autarca da ANMP com uma relação muito próxima à gestão das freguesias. Aliás, ainda a semana passada tivemos uma reunião com a nova Direcção da ANAFRE. E portanto este episódio que temos em Aveiro não existe! Embora tenhamos uma Junta com uma imensa dívida, a nossa Junta de São Jacinto que tem uma imensíssima dívida de meio milhão de euros à nossa Câmara por força da gestão do parque de campismo. Também estamos a procurar trabalhar para arranjar soluções, mas isto é para dizer que as matérias têm vários sentidos.

A questão é, nesta nova ordem, a lógica são que os compromissos que se assinam são cumpridos — como este compromisso com a Junta. Terminada a componente administrativa vai ser pago imediatamente. A Junta de Freguesia não vai ter de estar à espera ou a telefonar a chatear ninguém. Não. Este é um compromisso que a Junta executou, foi pagando ao longo do ano letivo, agora estamos a concretizar o procedimento administrativo, terminado o procedimento administrativo estaremos a pagar o valor total à Junta de Freguesia para que honre outros compromissos que seguramente não pode honrar pela ginástica de tesouraria que teve de fazer.

Portanto dar esta nota e agradecer ao Presidente Antero o testemunho que aqui partilhou conosco.

Queria apenas terminar, com a opinião que o Filipe Neto Brandão partilhou, peço desculpa de não ter sido profundo em relação à questão levantada pelo nosso Presidente a Junta de Eixo/Eirol, para dizer o seguinte: nós temos consciência e temos esse trabalho, ia dizer todo cadastrado, mas o cadastro não estará a cem por cento, das nossas disfunções atuais. Atuais em relação ao ano letivo anterior — este está agora a começar e portanto as análises não se fazem logo de entrada em relação à necessidade de otimizar os nossos circuitos rodoviários na relação do transporte escolar com o transporte público.

E portanto, aquilo que são situações que existem (e não é só essa) de alguns elementos dos autocarros que não estão nas devidas condições, de circunstância de alguns momentos do dia

que a lotação, não vou dizer que está ultrapassada para não ferir a ordem formal, mas que enfim não está rigorosamente cumprida com rigor é verdade. São situações de facto. E neste trabalho que estamos a fazer (está na sua ponta final) cá estaremos a discuti-lo proximamente na reforma da gestão do serviço público de transporte — estas matérias estão lá todas trabalhadas.

O novo esquema de circuitos, está já desenhado também entre outros objetivos para melhorara a relação da oferta e da procura e para melhorar também esta relação de otimização dos transportes escolares com os transportes públicos em benefício dos dois, como é evidente.

Como é evidente a lógica não é servirmos bem as crianças. A lógica é servir bem toda a gente. Com cuidados especiais para com aqueles que tem de ter cuidados especiais por questões de vida de todos nós e por questões das obrigações legais que também temos. Portanto não queria que entendesse das minhas palavras de à pouco de que está tudo certo porque não é essa a circunstância objetiva.

Agora a reforma do nosso processo vai seguramente levar-nos para um patamar de equilíbrio muito melhor. Sabendo que, sabemos todos, temos alguns autocarros que têm de sair de circulação. Temos de fazer investimentos em novos porque há algum do nosso material circulante que não tem condições. Já teve o seu tempo de vida útil e muito bem, agradecemos a sua vida e o seu serviço aos cidadãos, mas precisam de ser trocados por outros que entre outras condições cumpram também algumas normas que tem a ver com a segurança dos seus utilizadores, nomeadamente os mais novos. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Rita Batista (BE)⁰⁵⁵

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁶

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁵⁷ ponto 2. - Apreciação e votação do apoio financeiro à Junta de Freguesia de Requeixo, N.ª Sr.ª de Fátima e Nariz (transportes), sendo aprovado por unanimidade, com trinta e quatro votos a favor (PSD15+CDS5+PS9+BE1+PCP1+IND3).

Não houve declarações de voto.

Continuando, o Presidente da Mesa, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida, a ata em minuta foi colocada à discussão,⁰⁵⁸ não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.

Não havendo mais intervenções, o presidente da Mesa deu por encerrada⁰⁵⁹ a primeira reunião da Sessão Ordinária Setembro, informando que a próxima reunião da sessão será no dia 01 de Outubro (4.ª feira), pelas 20:30 horas.

Eram 00:30 horas do dia 30 de Setembro de 2014.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.

(04:00)